

**CONCORRÊNCIA CO SMAC Nº [•]/2025**

**CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À VISITAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA E DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES**

**ANEXO II – CADERNO DE ENCARGOS**



CCPar

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
1. Introdução .....	5
1.4. OBJETO .....	5
2. Justificativa .....	6
2.1. Benefícios Esperados .....	7
<b>CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
3. Aspectos Gerais .....	9
4. PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA (PNMBB) .....	10
4.1. Características Gerais .....	10
4.2. Infraestrutura e Atrativos .....	10
4.3. Zoneamento.....	11
5. PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES (PNMCM) .....	12
5.1. Características Gerais .....	12
5.2. Infraestrutura e Atrativos .....	12
5.3. Zoneamento.....	13
6. ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS.....	14
<b>CAPÍTULO II – DIRETRIZES DA CONCESSÃO .....</b>	<b>17</b>
7. Diretrizes Gerais .....	17
7.9. Legislação, Normas e Regulamentos Aplicáveis .....	19
7.10. Masterplan.....	21
7.11. INVESTIMENTOS FACULTATIVOS.....	22
8. Diretrizes Específicas .....	22
8.6. Política de Ingresso, Visitação e Exploração Comercial .....	23
8.7. Parâmetros Construtivos .....	24
8.8. Exploração Publicitária e Direitos de Nomeação .....	29

<b>CAPÍTULO III – INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS .....</b>	<b>32</b>
9. Diretrizes Gerais .....	32
10. Diretrizes de Projeto.....	33
11. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.....	36
11.4. Reforma Geral .....	36
11.5. Atividades de Aventura .....	37
11.6. Parque Infantil.....	38
11.7. Academia ao Ar Livre .....	39
11.8. Mobiliário.....	39
11.9. Sinalização.....	40
11.10. Cercamento .....	42
11.11. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do PNMBB.....	42
11.12. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do PNMCM.....	44
12. Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia .....	46
12.6. Estudo Preliminar .....	47
12.7. Projeto Básico .....	48
12.8. Projeto Executivo.....	49
12.9. Documentação do Projeto Como Construído ( <i>As Built</i> ) .....	49
<b>CAPÍTULO IV – SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS .....</b>	<b>51</b>
13. Diretrizes Gerais .....	51
14. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS .....	52
14.3. Transição da Operação .....	52
14.4. Limpeza, Controle de Pragas e Gestão de Resíduos.....	54
14.5. Conservação e Manutenção da Infraestrutura, Trilhas, Instalações e Equipamentos .....	56
14.6. Manejo de Áreas Verdes, Fauna e Corpos Hídricos .....	57
14.7. Vigilância, CFTV e Atendimento a Emergências .....	59

14.8. Fornecimento de Utilidades .....	61
14.9. Disponibilização de Ambientes ao PODER CONCEDENTE.....	62
14.10. Infraestrutura de Apoio à Visitação .....	63
14.11. Educação Ambiental.....	65
14.12. Manejo dos Impactos de Visitação.....	67
15. Encargos de Gestão e Comunicação .....	68
15.8. Comunicação e Marketing .....	71
16. PLANO DE OPERAÇÃO.....	72
17. Encargos de Transparência e Prestação de Contas .....	75
<b>CAPÍTULO V – ENCARGOS ACESSÓRIOS.....</b>	<b>78</b>
18. ENCARGOS ACESSÓRIOS relacionados aos MACROTEMAS.....	78
<b>CAPÍTULO VI – PRAZOS.....</b>	<b>80</b>
19. Prazos de Entrega de Planos e Projetos .....	80
20. Prazos de Entrega dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.....	80
20.2. Plano de Ação Inicial.....	81

Este ANEXO é composto pelo seguinte apêndice, que lhe é parte integrante e indissociável:

**APÊNDICE I – MASTERPLAN REFERENCIAL**

## INTRODUÇÃO

### 1. Introdução

**1.1.** O presente ANEXO – Caderno de Encargos – define as diretrizes e encargos de prestação dos serviços de uso público voltados para a visitação dos PARQUES, a serem cumpridos pela CONCESSIONÁRIA.

**1.2.** Os encargos da CONCESSIONÁRIA se dividem em:

- i. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, dispostos no CAPÍTULO III;
- ii. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, dispostos no CAPÍTULO IV;
- iii. ENCARGOS DE GESTÃO, nos termos do CONTRATO; e
- iv. ENCARGOS ACESSÓRIOS, dispostos no CONTRATO e no CAPÍTULO V.

**1.2.1.** Os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS correspondem aos encargos de projeto, licenciamento, obra, implantação de instalações e equipamentos necessários para a adequação dos PARQUES às especificações estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE.

**1.2.2.** Os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS correspondem aos encargos de operação, incluindo zeladoria, manutenção, conservação e administração dos PARQUES.

**1.2.3.** Os ENCARGOS DE GESTÃO são caracterizados por pagamentos devidos pela CONCESSIONÁRIA destinados ao custeio da gestão do CONTRATO, recolhidos diretamente em favor da ENTIDADE GESTORA no exercício de suas atribuições contratuais e institucionais.

**1.2.4.** Os ENCARGOS ACESSÓRIOS serão apurados pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO e do ANEXO C – Sistema de Mensuração de Desempenho, e se destinam ao custeio de ações e iniciativas inseridas nos MACROTEMAS.

**1.3.** Este ANEXO é composto pelo APÊNDICE I – Masterplan Referencial, que apresenta investimentos, serviços e fontes de receitas adicionais aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, além de imagens de referência para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, a título referencial e não vinculante.

### 1.4. OBJETO

**1.4.1.** O objeto da presente LICITAÇÃO é a CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À VISITAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE

NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA E DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste ANEXO – Caderno de Encargos, no CONTRATO e seus ANEXOS, na forma da lei e das normas regulamentares.

**1.4.2.** Para fins deste ANEXO, incluem-se no escopo de uso público e visitação os seguintes serviços:

- i. Construção, operação e manutenção de equipamentos e serviços de uso público voltados para a visitação, como alimentação, comércio, turismo de aventura, eventos, esportes, educação ambiental, transporte, turismo, entretenimento, lazer entre outras atividades;
- ii. Operação e manutenção de estacionamentos dos PARQUES e serviços de suporte à visitação;
- iii. Operação e manutenção de banheiros públicos e edificações;
- iv. Instalação, operação e manutenção de Centro de Visitantes, salas administrativas e estruturas de apoio a visitação; e
- v. Demais encargos pertinentes ao OBJETO dispostos neste ANEXO.

## **2. Justificativa**

A Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), define em seu art. 11 que “os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. Esta categoria de Unidade de Conservação, quando criada por municípios, é denominada Parque Natural Municipal.

Os Parques Naturais Municipais comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, com condições e restrições básicas de uso pelo público definidas no Decreto Federal nº 4.340/2002.

Os PLANOS DE MANEJO do PNMBB e do PNMCM apresentam e detalham as atividades de uso público existentes, enfatizando os equipamentos e a infraestrutura relacionada com a visitação pública. Assim, a presente concessão de serviços público de apoio à visitação busca aprimorar o uso destas Unidades de Conservação, de forma adequada aos padrões de proteção ambiental e às normas da administração municipal e do PLANO DE MANEJO.

Sobre isso, pode-se acrescentar que, de acordo com estudo de 2019 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>1</sup>, cada R\$ 1,00 investido em Unidades de Conservação resulta em R\$ 15,00 de benefícios econômicos para a economia local.

O SNUC (art. 33) estabelece que os subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais de Unidade de Conservação são passíveis de serem explorados comercialmente, desde que autorizados previamente e com devido pagamento pela exploração, havendo no Decreto Federal nº 4.340/2002, Capítulo VII, regulamentação quanto a autorização e os procedimentos para a exploração de bens e serviços em Unidades de Conservação das diferentes categorias de ambos os grupos de proteção.

### **2.1. Benefícios Esperados**

Os resultados pretendidos com a presente concessão de serviços público de apoio à visitação encontram-se principalmente focados no aprimoramento do uso destas Unidades de Conservação. Desta forma, podemos citar que este projeto tem como objetivos principais:

- i. Melhoria da infraestrutura dos PARQUES e da experiência dos visitantes;
- ii. Desoneração do município com assunção de encargos e contrapartidas pela CONCESSIONÁRIA, como a transferência da responsabilidade da manutenção e limpeza da e Unidades de Conservação da COMLURB para a CONCESSIONÁRIA;
- iii. Apoio à gestão municipal das Unidades de Conservação com a redução de tarefas operacionais e ampliação de ações de planejamento, fiscalização e preservação;
- iv. Desenvolvimento de atividades sociais, econômicas e ambientais em parques e Unidades de Conservação como forma de valorização destes espaços através da geração de recursos e do aumento do interesse da população na preservação e ampliação dessas áreas;
- v. Diversificar a oferta e equipamentos e serviços oferecidos aos visitantes;
- vi. Aumentar a visitação quando parques e e Unidades de Conservação ficam subutilizados;
- vii. Oferecimento de melhorias de serviços aos visitantes incluindo segurança, estacionamento, centro de visitantes, internet entre outras;

---

<sup>1</sup>Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/contribuies\\_Economicas\\_do\\_Turismo\\_final\\_web.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/contribuies_Economicas_do_Turismo_final_web.pdf). Acesso em: 24/10/2024.

- viii.** Contribuir para a longevidade e viabilidade da conservação e manutenção dos parques e Unidades de Conservação, com um impacto positivo tanto econômico quanto social para a cidade e seus habitantes.

Este conjunto de resultados reforça o compromisso do projeto com as políticas públicas municipais de desenvolvimento urbano sustentável, inclusão social, e eficiência na gestão de serviços e espaços públicos.

MANUTENÇÃO



## CAPÍTULO I – CARACTERIZAÇÃO

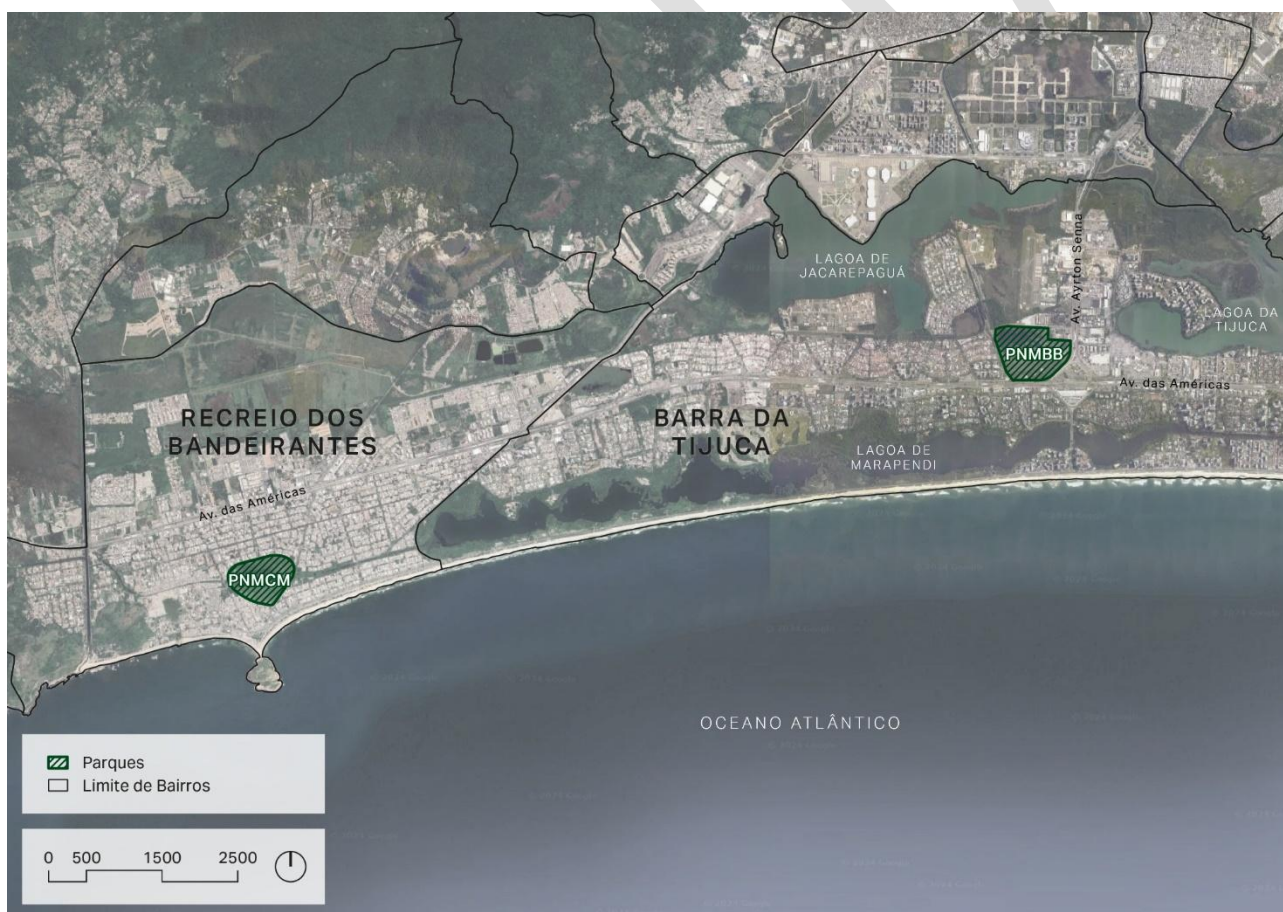
### 3. Aspectos Gerais

**3.1.** Este capítulo se destina a apresentar a caracterização dos PARQUES contidos no OBJETO da CONCESSÃO, quais sejam:

- i. PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA (PNMBB); e
- ii. PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES (PNMCM).

**3.2.** Os PARQUES se localizam na Zona Sudoeste do Município do Rio de Janeiro, na Área de Planejamento (AP) 4, respectivamente nos bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, conforme Figura 1, abaixo.

Figura 1 – Localização dos PARQUES



Elaboração: CCPar. Base Cartográfica: Google Maps

**3.3.** As informações contidas neste CAPÍTULO I são apenas referenciais e não vinculantes.

**3.3.1.** Cabe à LICITANTE o levantamento das informações e documentos, inclusive realização de visitas técnicas, responsabilizando-se, ainda, pelos custos e despesas referentes às providências necessárias para elaboração de sua PROPOSTA ECONÔMICA.

#### **4. PARQUE NATURAL MUNICIPAL BOSQUE DA BARRA (PNMBB)<sup>2</sup>**

##### **4.1. Características Gerais**

- i. Ato de Criação: Decreto Municipal nº 4.105, de 3 de junho de 1983;
- ii. Categoria: Parque Natural Municipal (PNM);
- iii. Endereço da Sede: Avenida das Américas, 6000 – Barra da Tijuca – CEP 22793-080 – Rio de Janeiro, RJ;
- iv. Área: 54,397 ha, aproximadamente 543.970 m<sup>2</sup>;
- v. Perímetro: 2.909 m;
- vi. Bioma: Mata Atlântica;
- vii. Ecossistemas: mata de restinga, várzea e lagos.

##### **4.2. Infraestrutura e Atrativos**

**4.2.1.** O PNMBB possui infraestrutura básica composta por sede, Núcleo de Educação Ambiental (NEA), alojamento dos funcionários e dois sanitários públicos, além de três áreas para recreação infantil, bicicletários, placas informativas e um estacionamento.

**4.2.1.1.** A sede dispõe de auditório, sala administrativa, sala compartilhada, copa, banheiros, guarita e sanitários.

**4.2.1.2.** O Horto Municipal Carlos Rizzini se localiza no interior do PNMBB.

##### **4.2.2. Principais atrativos do PNMBB:**

- i. Núcleo de Educação Ambiental (NEA);
- ii. Áreas de recreação infantil;
- iii. Circuitos de trilhas, divididos em Circuito Esportivo (delimita o contorno de toda a área da UC) e Circuito de Visitação (localizado na área interna do PNMBB);
- iv. Lago e gramados adjacentes.

---

<sup>2</sup> RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria de Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Bosque da Barra**. Rio de Janeiro, 2014.

### 4.3. Zoneamento

4.3.1. O zoneamento do PNMBB, conforme definido no PLANO DE MANEJO, é apresentado na Figura 2 e na Tabela 1 abaixo:

Figura 2 – Zoneamento do PNMBB



Fonte: PLANO DE MANEJO. Elaboração: CCPar. Base Cartográfica: Google Maps

Tabela 1 – Zoneamento do PNMBB

Setor		Área (ha)	Área (m <sup>2</sup> )	% da UC
<b>ZC</b>	<b>Zona de Conservação</b>	<b>16,593</b>	<b>165.930</b>	<b>30,50%</b>
AV 1	Circuito de Visitação	4,368	43.680	8,03%
AV 2	Circuito Esportivo	1,504	15.040	2,76%
AUE 1	Sede	0,023	230	0,04%
AUE 2	Horto	0,901	9.010	1,66%
	Demais Áreas	9,797	97.970	18,01%
<b>ZP</b>	<b>Zona de Preservação</b>	<b>37,804</b>	<b>378.040</b>	<b>69,50%</b>
<b>Área do PNMBB</b>		<b>54,397</b>	<b>543.970</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: PLANO DE MANEJO. Elaboração: CCPar

## 5. PARQUE NATURAL MUNICIPAL CHICO MENDES (PNMCM)<sup>3</sup>

### 5.1. Características Gerais

- i. Ato de Criação: Decreto Municipal nº 8.452, de 8 de maio de 1989; alteração do nome, delimitação e objetivos instaurados por meio do Decreto Municipal nº 22.025, de 17 de setembro de 2002;
- ii. Categoria: Parque Natural Municipal (PNM);
- iii. Endereço da Sede: Avenida Jarbas de Carvalho, 679 – Recreio dos Bandeirantes – CEP 22795-440 – Rio de Janeiro, RJ;
- iv. Área: 40,656 ha, aproximadamente 406.456 m<sup>2</sup>;
- v. Perímetro: 2.419 m;
- vi. Bioma: Mata Atlântica;
- vii. Ecossistemas: mata de restinga, várzea e lagos.

### 5.2. Infraestrutura e Atrativos

**5.2.1.** O PNMCM possui infraestrutura básica composta por sede administrativa, Centro de Visitantes, sala de Educação Ambiental, banheiros, fraldário, salas de apoio, alojamento e refeitório para os funcionários, estacionamento, telefone público, bicicletário, viveiro de mudas, recintos para o manejo dos animais, equipamentos para a prática de atividades recreativas (playground), coletores de resíduos, bancos para descanso, torre de observação, deque, placas de sinalização.

#### 5.2.2. Principais atrativos do PNMCM:

- i. Centro de Educação Ambiental;
- ii. Áreas de recreação infantil;
- iii. Recintos dos animais;
- iv. Circuitos de trilhas, com um total de 1.643 m, divididos em Circuito Leste (trilhas da Lagoinha, Preguiça, Figueira, Teú, Tiê-sangue) e Circuito de Oeste (trilhas da Torre, Jacaré, Garça-branca, Sabiá, Pau-brasil);
- v. Lagoa das Taxas; e
- vi. Deck e Torre de Observação.

<sup>3</sup> RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria de Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Chico mendes**. Rio de Janeiro, 2014.



### 5.3. Zoneamento

5.3.1. O zoneamento do PNMCM, conforme definido no PLANO DE MANEJO, é apresentado na Figura 3 e na Tabela 2 abaixo:

Figura 3 – Zoneamento do PNMCM



Fonte: PLANO DE MANEJO. Elaboração: CCPar. Base Cartográfica: Google Maps

Tabela 2 – Zoneamento do PNMCM

Setor		Área (ha)	Área (m <sup>2</sup> )	% da UC
<b>ZC</b>	<b>Zona de Conservação</b>	<b>7,439</b>	<b>74.390</b>	<b>18,30%</b>
AV 1	Área de Visitação 1	0,210	2.100	<b>0,52%</b>
AV 2	Área de Visitação 2	0,042	420	<b>0,10%</b>
AV 3	Área de Visitação 3	0,373	3.730	<b>0,92%</b>
	Demais Áreas	6,814	68.140	<b>16,76%</b>
<b>ZP</b>	<b>Zona de Preservação</b>	<b>33,217</b>	<b>332.170</b>	<b>81,70%</b>
	<b>Área do PNMCM</b>	<b>40,656</b>	<b>406.560</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: PLANO DE MANEJO. Elaboração: CCPar

## 6. ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS

**6.1.** A ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMBB é composta por 3 (três) áreas, quais sejam:

- i. Zona de Conservação (ZC) do PNMBB, conforme definida pelo PLANO DE MANEJO, excluída a área do Horto Municipal Carlos Rizzini;
- ii. Canteiro localizado no entroncamento da Avenida Rachel de Queiroz com a Rua Carlos Oswald; e
- iii. Área Externa Noroeste, localizada na esquina da Avenida Rachel de Queiroz com a Avenida Jorge Curi.

**6.1.1.** A Figura 4 e a Tabela 3 abaixo apresentam a ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMBB:

Figura 4 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMBB



Elaboração: CCPar. Base Cartográfica: Google Maps



Tabela 3 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMBB

Setor	Área (ha)	Área (m <sup>2</sup> )	% da UC
Zona de Conservação excluído o Horto	15,692	156.920	28,85%
<b>Áreas Externas</b>	<b>0,645</b>	<b>6.450</b>	
Área Externa Noroeste	0,200	2.000	
Estacionamento Externo	0,445	4.450	
<b>Área de Prestação dos Serviços Concedidos</b>	<b>16,337</b>	<b>163.370</b>	<b>28,85%</b>

Elaboração: CCPar

**6.1.1.1.** No Horto Municipal Carlos Rizzini, a CONCESSIONÁRIA será responsável apenas pelos encargos em que houver indicação expressa neste ANEXO.

**6.2.** A ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMCM é composta pela Zona de Conservação (ZC) do PNMCM, conforme definida no PLANO DE MANEJO.

**6.2.1.** A Figura 5 e a Tabela 4 abaixo apresentam a ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMCM:

Figura 5 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMCM



Elaboração: CCPar. Base cartográfica: Google Maps

Tabela 4 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMCM

Setor	Área (ha)	Área (m <sup>2</sup> )	% da UC
ZC			
Zona de Conservação	7,439	74.390	18,30%
<b>Área de Prestação dos Serviços Concedidos</b>	<b>7,439</b>	<b>74.390</b>	<b>18,30%</b>

Elaboração: CCPar



## CAPÍTULO II – DIRETRIZES DA CONCESSÃO

### 7. Diretrizes Gerais

**7.1.** A CONCESSIONÁRIA deve executar todos os serviços e dispor, de forma direta ou mediante subcontratação, de todos os recursos humanos, itens, materiais, equipamentos e insumos necessários para o cumprimento do OBJETO, observado o disposto no CONTRATO em relação a subcontratação.

**7.1.1.** As atividades do OBJETO devem estar de acordo com as orientações estabelecidas pelos órgãos da Administração Pública Municipal, no exercício de sua competência regulamentar e no seu poder de polícia.

**7.2.** Durante o prazo da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá observar todos os requisitos mínimos e específicos deste ANEXO.

**7.2.1.** O PODER CONCEDENTE e a ENTIDADE GESTORA poderão, a qualquer tempo, constatando que a CONCESSIONÁRIA deixou de atender aos encargos estabelecidos neste documento, manifestar-se expressamente no sentido de que sejam providenciados os ajustes e adequações necessários.

**7.2.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá impor o atendimento das regras e disposições do CONTRATO e seus ANEXOS a todas subcontratadas e exigir a apresentação dos documentos e informações necessários à demonstração de regularidade e capacidade de executar as respectivas obrigações.

**7.3.** É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA providenciar todas as autorizações, alvarás, certidões, permissões, licenças e aprovações de qualquer natureza necessárias junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, com vistas à execução das atividades relacionadas à CONCESSÃO, sendo todas as despesas com tais processos de sua exclusiva responsabilidade, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS.

**7.3.1.** A responsabilidade do PODER CONCEDENTE no âmbito da obtenção das autorizações, alvarás, certidões, permissões, licenças e aprovações de qualquer natureza necessárias para a execução do OBJETO está limitada ao disposto no CONTRATO.

**7.3.2.** No âmbito da obtenção das autorizações, alvarás, certidões, permissões, licenças e aprovações de qualquer natureza necessárias para a execução do OBJETO, a CONCESSIONÁRIA contará com o apoio do PODER CONCEDENTE para interlocução com outros órgãos e entidades da Administração Pública.

**7.3.3.** A CONCESSIONÁRIA deve manter atualizadas as autorizações, alvarás, certidões, permissões, licenças e aprovações de qualquer natureza junto aos órgãos responsáveis.

**7.4.** As atividades operacionais e de obras inerentes à execução do OBJETO deverão ocasionar o mínimo de interferência negativa possível no seu entorno, na sua vizinhança e no meio ambiente.

**7.4.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá adotar medidas que minimizem o impacto no cotidiano dos USUÁRIOS, garantindo a continuidade do serviço e mitigando os transtornos causados pelos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventuais INVESTIMENTOS FACULTATIVOS.

**7.5.** A CONCESSIONÁRIA deverá, sempre que possível, fazer uso de ações que fomentem a sustentabilidade, a participação e inclusão social, o diálogo com a comunidade e o respeito às minorias e aos grupos sociais vulneráveis.

**7.5.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá considerar a adoção de elementos naturais e de sustentabilidade como coleta e reuso de águas pluviais, implantação de painéis fotovoltaicos, de jardins verticais, teto jardim, de ventilação cruzada e aproveitamento da iluminação natural.

**7.5.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá, sempre que possível, adotar práticas sustentáveis na elaboração dos projetos e na realização das obras, com vistas a minimizar os impactos ambientais decorrentes e a geração de resíduos, bem como garantir a utilização racional e eficiente de recursos e materiais empregados.

**7.5.3.** Os projetos e obras deverão levar em conta conceitos de sustentabilidade, traduzidos na alta performance tecnológica, na eficiência do sistema construtivo, no correto uso dos materiais, na racionalidade e economia dos recursos energéticos e do uso e reaproveitamento de água, garantindo conforto e bem-estar aos USUÁRIOS.

**7.6.** A CONCESSIONÁRIA poderá e deverá propor soluções para aprimorar o desenvolvimento de suas atividades com vistas a oferecer serviços em nível adequado aos USUÁRIOS.

**7.6.1.** A CONCESSIONÁRIA poderá se valer de inovações tecnológicas, seja de processos ou equipamentos, com a finalidade de trazer eficiência ao cumprimento de suas obrigações e

encargos, sejam aquelas ligadas à operação e gestão, ou às intervenções, desde que atendidos os objetivos finalísticos da CONCESSÃO.

**7.7.** O trabalho de fiscalização do PODER CONCEDENTE, da empresa especializada de auditoria independente e da ENTIDADE GESTORA deverá ser facilitado pela CONCESSIONÁRIA, por meio do fornecimento tempestivo e completo de todas as informações solicitadas incluindo, mas não se limitando a contratos, notas fiscais, relatórios, dados financeiros e operacionais.

**7.8.** Nos casos omissos, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar orientação do PODER CONCEDENTE.

### **7.9. Legislação, Normas e Regulamentos Aplicáveis**

**7.9.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá observar todo o arcabouço legal existente, composto por leis, decretos, regulamentos, manuais, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e/ou indiretamente aplicáveis ao objeto, em especial:

- i. Lei Federal nº 9.795/1999 (dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental);
- ii. Lei Federal nº 9.985/2000 (institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza);
- iii. Lei Federal nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade);
- iv. Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
- v. Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- vi. Lei Municipal nº 4.791/2008 (dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação Ambiental);
- vii. Lei Municipal nº 7.398/2022 (garante a disponibilização de cadeira Julietti em todos os parques municipais que tenham trilhas ou montanhas);
- viii. Lei Complementar Municipal nº 198/2019 (Código de Obras e Edificações Simplificado do Município do Rio de Janeiro – COES);
- ix. Lei Complementar Municipal nº 269/2023 (dispõe sobre a veiculação de publicidade exterior na Cidade do Rio de Janeiro);
- x. Lei Complementar Municipal nº 270/2024 (revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro);
- xi. Decreto Federal nº 4.340/2002 (regulamenta a Lei nº 9.985/2000);
- xii. Decreto-Lei Estadual nº 247/1975 (dispõe sobre segurança contra incêndio e pânico);
- xiii. Decreto Municipal nº 29.881/2008 (consolida as Posturas da Cidade do Rio de Janeiro);

- xiv. Decreto Municipal nº 30.181/2008 (institui a regulamentação para o acesso, visitação e atividades nas Unidades de Conservação de Proteção Integral sob tutela da SMAC);
- xv. Decreto Municipal nº 30.031/2008 (dispõe sobre a criação dos Conselhos das Unidades de Conservação do Município do Rio de Janeiro);
- xvi. Decreto Municipal nº 51.598/2023 (dispõe sobre a autorização de eventos em áreas públicas e particulares no Município do Rio de Janeiro); e
- xvii. Norma Técnica ABNT NBR 9050 (acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

**7.9.1.1.** Devem ser respeitadas as normas do Corpo de Bombeiros, bem como os demais normativos vigentes para o escoamento do público em situações normais e em caso de pânico, devendo a CONCESSIONÁRIA, para tanto, elaborar os devidos estudos que demonstrem o cumprimento das exigências aplicáveis.

**7.9.1.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá observar os protocolos de segurança civil regulamentados pelas Portarias "N" nº 03/2024 e nº 04/2024 do Centro de Operações e Resiliência (COR), incluindo eventuais atualizações, por meio de ações como:

- i. Nos dias em que for identificado o Nível de Calor 4 (NC4) ou 5 (NC5), nos termos do Decreto Rio nº 54.740/2024, a CONCESSIONÁRIA deverá garantir que os PARQUES estarão aptos para a designação como ponto de resfriamento aberto à população:
  - a) A CONCESSIONÁRIA deverá garantir o pleno funcionamento de pontos de hidratação e sanitários públicos, além de utilizar os meios de comunicação visual e sonora para orientação das instruções das autoridades do COR;
  - b) Em dias de funcionamento normal dos PARQUES, a CONCESSIONÁRIA deverá comunicar às autoridades do COR a possibilidade de extensão excepcional dos horários de funcionamento;
  - c) Em dias de fechamento dos PARQUES, a CONCESSIONÁRIA deverá, excepcionalmente, providenciar a abertura aos USUÁRIOS e disponibilizar no mínimo os serviços supramencionados;
- ii. Quando o Município atingir o Estágio Operacional 2 ou superior, conforme indicado pelo COR, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- a) Estágio 2 (posicionamento): garantir a mobilização da equipe de operação para o monitoramento contínuo da situação de risco, bem como eventual atuação para a orientação dos USUÁRIOS e o fechamento do PARQUE;
  - b) Estágio 3 ou superior (fechamento): realizar o fechamento imediato dos acessos e proceder à evacuação total da área do PARQUE, mediante comunicação clara e efetiva com os USUÁRIOS, utilizando todos os meios de comunicação visual e sonora disponíveis e apoio da equipe de operação;
- iii. Incluir nos treinamentos operacionais e planos de contingência da CONCESSIONÁRIA os protocolos atualizados de segurança civil; e
  - iv. A CONCESSIONÁRIA deverá indicar ao menos 1 (um) responsável por PARQUE para comunicação permanente com as autoridades do COR, podendo ser acionado a qualquer tempo e devendo participar de todas as reuniões convocadas.

**7.9.1.3.** Os projetos, obras e serviços a serem realizados devem garantir a acessibilidade arquitetônica e comunicacional às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, especialmente em observação à ABNT NBR 9050.

**7.9.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá observar integralmente o disposto nos PLANOS DE MANEJO do PNMBB e PNMCM.

**7.9.3.** As referências neste ANEXO à legislação, normas técnicas e demais regulamentações incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diferente.

## **7.10. Masterplan**

**7.10.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá entregar, no prazo definido no CAPÍTULO VI, um Masterplan contendo:

- i. Planejamento de execução dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e de eventuais INVESTIMENTOS FACULTATIVOS propostos pela CONCESSIONÁRIA;
- ii. Planejamento da realização de EVENTOS, com a descrição dos tipos de EVENTOS possíveis de serem promovidos (natureza, capacidade, local e leiaute do espaço, uso de estruturas temporárias, ordenamento de embarque e desembarque de USUÁRIOS e ordenamento de carga e descarga); e

iii. Planejamento de uso, ocupação e das formas de exploração comercial propostos para a ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS.

**7.10.2.** O Masterplan deverá ser reapresentado para aprovação pelo PODER CONCEDENTE sempre que a CONCESSIONÁRIA propuser modificações.

**7.10.3.** Após aprovação do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o Masterplan elaborado para os CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES.

## **7.11. INVESTIMENTOS FACULTATIVOS**

**7.11.1.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor INVESTIMENTOS FACULTATIVOS para aprovação pelo PODER CONCEDENTE.

**7.11.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a proposta de INVESTIMENTOS FACULTATIVOS por meio da reapresentação do Masterplan descrito no item 7.10, além dos Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia descritos no item 12.

**7.11.1.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá observar as mesmas diretrizes de projeto dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, nos termos do item 10.

**7.11.1.3.** O procedimento de aprovação de INVESTIMENTOS FACULTATIVOS propostos pela CONCESSIONÁRIA deverá observar o mesmo fluxo de aprovação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS disposto neste ANEXO.

## **8. Diretrizes Específicas**

**8.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar, ao longo da CONCESSÃO, a destinação dos PARQUES à sua vocação como Unidades de Conservação.

**8.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá respeitar e observar as diretrizes do PLANO DE MANEJO dos PARQUES, cabendo-lhe somente a execução dos encargos que lhe forem imputáveis nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS.

**8.2.** Durante o prazo da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá observar todos os requisitos mínimos e específicos deste ANEXO e preservar os elementos intrínsecos que caracterizam os PARQUES, tais como os recursos naturais e seu caráter de espaço público.

**8.2.1.** O PODER CONCEDENTE poderá vetar usos e atividades, de caráter comercial ou não, apenas que sejam conflitantes com o caráter de Unidade de Conservação e com os PLANOS DE MANEJO dos PARQUES.

**8.2.2.** Os elementos vegetais e outras características ambientais presentes na ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS, tais como árvores, maciços arbóreos, espaços abertos, gramados, arbustos, jardins e elementos hídricos são parte constituinte de seu ecossistema, sua paisagem e sua identidade, sendo importantes na relação dos PARQUES com a cidade, devendo ter suas características, bem como o seu patrimônio natural, mantidos pela CONCESSIONÁRIA.

**8.3.** Caso a CONCESSIONÁRIA utilize drones, deverá ser observada a legislação vigente, bem como as diretrizes específicas do PODER CONCEDENTE, a fim de não interferir na dinâmica da fauna, principalmente de pássaros, que habitam as proximidades da ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS.

**8.4.** O uso de veículos motorizados no interior dos PARQUES, excetuados os estacionamentos, está sujeito a autorização expressa pelo PODER CONCEDENTE, incluindo regulamentação de limites de velocidade.

**8.5.** Nos espaços livres e ambientes externos dos PARQUES é vedado o uso e a instalação de qualquer tipo de iluminação, elemento luminoso ou similar que seja atrativo à fauna.

#### **8.6. Política de Ingresso, Visitação e Exploração Comercial**

**8.6.1.** O horário de visitação pública deverá observar, no mínimo, o disposto no Decreto Municipal nº 30.181/2008 ou o que vier a substituí-lo.

**8.6.1.1.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor a ampliação de horários para determinadas atividades, condicionada à aprovação pelo PODER CONCEDENTE e observada a competência dos CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES.

**8.6.1.2.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor a implantação de novos acessos aos PARQUES, condicionada à aprovação pelo PODER CONCEDENTE e observada a competência dos CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES.

**8.6.1.3.** A CONCESSIONÁRIA deve garantir o livre acesso aos PARQUES pelo PODER CONCEDENTE, pela gestão da UC e por terceiros indicados pelo PODER CONCEDENTE.

**8.6.2.** É vedada a cobrança de ingresso ou qualquer tipo de valor pecuniário para acesso, permanência e/ou uso do centro de visitantes, áreas comuns, sanitários, trilhas e espaços livres dos PARQUES.



**8.6.3. A CONCESSIONÁRIA terá exclusividade na exploração comercial de:**

- i. Comércio ambulante; e
- ii. Atividades que envolvam a instalação de estruturas temporárias ou desmontáveis.

**8.6.3.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o cadastramento e poderá cobrar de terceiros que realizem essas atividades no interior dos PARQUES.

**8.6.3.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá zelar pela padronização da estrutura e da identidade visual, bem como das condições de higiene e de qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

**8.6.4.** A CONCESSIONÁRIA não terá exclusividade na realização de atividades individuais ou coletivas que não envolvam a utilização de estruturas temporárias ou desmontáveis, como guias, aulas e eventos de pequeno porte.

**8.6.4.1.** Essas atividades, quando promovidas por terceiros, serão isentas de cobrança pela CONCESSIONÁRIA.

**8.6.5.** CONCESSIONÁRIA deverá fomentar ações de desenvolvimento social e comunitário dentro dos PARQUES, como atividades de voluntariado, estabelecendo estratégias de articulação com os USUÁRIOS e entidades representativas dos PARQUES, para a melhoria dos serviços prestados.

**8.6.5.1.** As ações de voluntariado existentes nos PARQUES devem ser mantidas e contar com o apoio da CONCESSIONÁRIA, como a inclusão das atividades oferecidas na agenda dos PARQUES.

**8.6.5.2.** Os voluntários poderão utilizar gratuitamente os espaços livres dos PARQUES para suas ações de lazer e educação mediante agendamento junto à programação da CONCESSIONÁRIA.

**8.7. Parâmetros Construtivos**

**8.7.1.** Para fins de projeto e implantação de novas edificações permanentes, a CONCESSIONÁRIA deverá observar os Parâmetros Construtivos dispostos nos subitens a seguir.

**8.7.1.1.** Os Parâmetros Construtivos não se confundem com “potencial construtivo”, “direito de construir” ou conceitos similares, se prestando única e exclusivamente a estabelecer critérios para a proposta e eventual aprovação de edificações permanentes nos PARQUES.



**8.7.2.** No PNMBB, a projeção de todas as edificações permanentes deverá observar o limite de 2.074 m<sup>2</sup> (dois mil e setenta e quatro metros quadrados), o equivalente a uma taxa de ocupação (TO) de cerca de 1,25% (um e vinte e cinco centésimos por cento) da área da Zona de Conservação (ZC) do PARQUE.

**8.7.2.1.** Adicionalmente, deverão ser observadas as taxas de ocupação (TO) e gabaritos máximos para cada setor específico, conforme Figura 6 e Tabela 5.

MANUTENÇÃO

Figura 6 – Parâmetros Construtivos do PNMBB



Elaboração: CCPar. Base Cartográfica: Google Maps

Tabela 5 – Parâmetros Construtivos do PNMBB

	Setor <sup>1</sup>	Área (m <sup>2</sup> ) <sup>1</sup>	% da UC <sup>1</sup>	TO	Gabarito
	<b>AV 1 Circuito de Visitação</b>	<b>43680</b>	<b>8,03%</b>		
	AEI 3 Núcleo de Educação Ambiental	6440	1,18%	10%	2
	AEI 5 Bancos de Areia 1 e 2	6340	1,17%	10%	2
	Gramado Lagos	15740	0,20%	5%	1
	Trilhas	15160	5,48%	0,5%	1
	<b>AV 2 Circuito Esportivo</b>	<b>15040</b>	<b>2,76%</b>		
	AEI 4 Estacionamento	2730	0,50%	20%	1
	Trilhas	12310	2,26%	0,5%	1
	<b>AUE 1 Sede</b>	<b>230</b>	<b>0,04%</b>		
	AEI 1 Sede	230	0,04%	100%	1

<sup>1</sup> Adaptado do PLANO DE MANEJO. Elaboração: CCPar

**8.7.3.** Eventual implantação de edificações permanentes, temporárias e/ou equipamentos nas trilhas do PNMBB não poderá comprometer a circulação dos USUÁRIOS, devendo ser conservada largura livre mínima de 5,0 m (cinco metros) nas trilhas principais e 2,0 m (dois metros) em trilhas secundárias ou, no mínimo, a largura existente.

**8.7.3.1.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor larguras livres inferiores mediante apresentação de justificativa tecnicamente embasada para avaliação pelo PODER CONCEDENTE.

**8.7.4.** A Área Externa Noroeste e o Canteiro da ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMBB, descritos no item 6.1, deverão observar as disposições ordinárias da legislação urbanística e edilícia vigente.

**8.7.5.** No PNMCM, a projeção de todas as edificações permanentes deverá observar o limite de 930 m<sup>2</sup> (novecentos e trinta metros quadrados), o equivalente a uma taxa de ocupação (TO) de cerca de 1,25% (um e vinte e cinco centésimos por cento) da área da Zona de Conservação (ZC) do PARQUE.

**8.7.5.1.** Adicionalmente, deverão ser observadas as taxas de ocupação (TO) e gabaritos máximos para cada setor específico, conforme Figura 7 e Tabela 6.

Figura 7 – Parâmetros Construtivos do PNMCM



Elaboração: CCPar. Base Cartográfica: Google Maps

Tabela 6 – Parâmetros Construtivos do PNMCM

	Sector <sup>1</sup>	Área (m <sup>2</sup> ) <sup>1</sup>	% da UC <sup>1</sup>	TO	Gabarito
	<b>AV 1 Área de Visitação 1</b>	<b>2100</b>	<b>0,52%</b>		
	AEI 1 Sede e Biotério	370	0,09%	100%	2
	Espaço Livre	1730	0,43%	20%	2
	<b>AV 2 Área de Visitação 2</b>	<b>420</b>	<b>0,10%</b>		
	AEI 6 Recinto dos Animais	420	0,10%	40%	1
	<b>AV 3 Área de Visitação 3</b>	<b>3730</b>	<b>0,92%</b>		
	AEI 3 Torre de Observação e Deck	100	0,02%	N/A	-
	Circuito Leste e Oeste de Trilhas	3630	0,89%	0,5%	1
	<b>AEI 2 Alojamento dos Funcionários</b>	<b>300</b>	<b>0,07%</b>		
	Casa Verde	100	0,02%	100%	1
	Espaço Livre	200	0,05%	N/A	-

<sup>1</sup> Adaptado do PLANO DE MANEJO. Elaboração: CCPar



**8.7.6.** Para fins de cálculo da taxa de ocupação (TO) deverão ser consideradas todas as edificações permanentes situadas no interior de cada PARQUE, incluindo espaços disponibilizados ao PODER CONCEDENTE.

**8.7.6.1.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor a demolição de edificações existentes a fim de viabilizar a implantação de edificações novas.

**8.7.6.2.** A torre de observação e o deck do PNMCM não serão considerados edificações permanentes, não sendo computáveis para fins de cálculo da taxa de ocupação (TO).

**8.7.6.3.** As edificações permanentes preexistentes do Horto Municipal Carlos Rizzini, com exceção de canteiros e estufas, serão contabilizadas para fins de cálculo da taxa de ocupação.

**8.7.6.3.1.** Eventual implantação de novas edificações permanentes no Horto Municipal Carlos Rizzini mediante ação do PODER CONCEDENTE não estará sujeita ao regramento de Parâmetros Construtivos deste ANEXO, não sendo contabilizadas para fins de taxa de ocupação (TO).

**8.7.7.** Eventual implantação de subsolo será condicionada a autorização expressa pelo PODER CONCEDENTE, sendo igualmente computável para fins de cálculo da taxa de ocupação (TO).

**8.7.8.** O gabarito disposto na Tabela 5 e na Tabela 6 é contado em número de pavimentos edificados permanentemente.

**8.7.8.1.** Será considerado o limite de gabarito de 5 (cinco) metros para edificações de 1 (um) pavimento e de 10 (dez) metros para edificações de 2 (dois) pavimentos.

**8.7.8.2.** Não será considerado edificado terraço visitável que não contenha construções de caráter permanente.

**8.7.9.** O cumprimento dos Parâmetros Construtivos deverá ser claramente demonstrado pela CONCESSIONÁRIA nos Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia, descritos no item 11.12.4.

## **8.8. Exploração Publicitária e Direitos de Nomeação**

**8.8.1.** A CONCESSIONÁRIA poderá instalar e explorar faces publicitárias em mobiliário urbano e painéis publicitários nos PARQUES.

**8.8.1.1.** As faces publicitárias associadas a elementos de mobiliário urbano, como MUPIs (mobiliário urbano de publicidade e informação), relógios digitais, abrigos de pontos de parada, lixeiras e bebedouros, deverão possuir área máxima de 2 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados).

**8.8.1.2.** A instalação das faces publicitárias deve observar as seguintes diretrizes:

- i. Minimizar o impacto na paisagem;
- ii. Não obstruir a circulação; e
- iii. Afastamento mínimo de 50 m (cinquenta metros) entre dois painéis publicitários.

**8.8.1.3.** Caso a CONCESSIONÁRIA instale painéis publicitários destinados à visualização a partir do exterior dos PARQUES, esses deverão ser instalados no interior, a no máximo 1 m (um metro) do cercamento do PARQUE.

**8.8.1.4.** A proposta de exploração publicitária deverá ser apresentada, para aprovação do PODER CONCEDENTE, por meio de Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia.

**8.8.1.5.** Nos termos do item 8.5, é vedado o uso de iluminação atrativa à fauna nos painéis publicitários.

**8.8.1.6.** Todas as faces publicitárias digitais deverão ser capazes de adequar a intensidade luminosa em função das condições de luminosidade do ambiente, no mínimo reduzindo o brilho no período noturno.

**8.8.1.7.**

**8.8.1.8.** As faces publicitárias destinadas à visualização a partir do interior dos PARQUES devem ser desligadas fora do horário de visitação dos PARQUES, no período noturno.

**8.8.2.** A CONCESSIONÁRIA poderá firmar acordos de patrocínio, exposição de marca e cessão dos direitos de nomeação (*naming rights*) de equipamentos, espaços, serviços e instalações dos PARQUES.

**8.8.2.1.** A proposta de exposição de marca deverá ser apresentada, para aprovação do PODER CONCEDENTE, por meio de Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia.

**8.8.2.2.** É vedada a cessão dos direitos de nomeação dos PARQUES.

**8.8.3.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor, a exploração publicitária no serviço de internet Wi-Fi disposto no item 14.8.4.

**8.8.3.1.** O acesso para o PODER CONCEDENTE e para a gestão da UC deverá ser livre de publicidade.

**8.8.4.** A exploração publicitária, exposição de marca, patrocínio e a cessão dos direitos de nomeação, deverão observar as seguintes disposições:

- i. Não fazer referência a marcas ou produtos relacionados a:
  - a) Produtos relacionados a cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, conforme Lei Federal nº 9.294/1996;
  - a) Produtos armamentistas;
  - b) Entidades religiosas;
  - c) Organizações político-partidárias;
  - d) Quaisquer marcas ou produtos cujo nome ou conteúdo apresente teor preconceituoso ou discriminatório em função de raça, cor, gênero, religião, origem étnica, nacionalidade, orientação sexual, condição física, mental ou psíquica, orientação política, ou qualquer outro fator de diferenciação;
- ii. Para cessão de direitos de nomeação, utilizar somente caracteres do alfabeto latino; e
- iii. Atender às restrições emitidas pelo Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (CONAR).

**8.8.5.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor ao PODER CONCEDENTE outros formatos de exposição de marca e/ou publicidade, conforme disposições do CONTRATO sobre a exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.

## CAPÍTULO III – INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

### 9. Diretrizes Gerais

**9.1.** Os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS compreendem os encargos de projeto, licenciamento e obra necessários para a adequação dos PARQUES às especificações estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE.

**9.1.1.** A execução dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS deverá observar as disposições deste ANEXO, bem como toda a legislação, normativa e regulamentação aplicáveis, em especial os PLANOS DE MANEJO dos PARQUES.

**9.1.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá observar os prazos para a execução dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS dispostos no CAPÍTULO VI.

**9.2.** A CONCESSIONÁRIA será responsável por todo tipo de passivo decorrente das obras e benfeitorias que realizar, sendo de sua competência a retirada de entulhos, a mobilização e desmobilização de canteiros de obras e a adequada destinação de resíduos.

**9.3.** É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA providenciar todas as autorizações, alvarás, certidões, permissões, licenças e aprovações de qualquer natureza necessárias junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, com vistas à execução dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, sendo todas as despesas com tais processos de sua exclusiva responsabilidade, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS.

**9.4.** O fornecimento de projetos e estudos pelo PODER CONCEDENTE não exime a CONCESSIONÁRIA de realizar levantamentos, comprovar a viabilidade e elaborar o detalhamento executivo dos projetos.

**9.5.** O procedimento de aprovação de INVESTIMENTOS ADICIONAIS propostos pela CONCESSIONÁRIA, caso ocorra separadamente da aprovação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, deverá observar o mesmo fluxo de aprovação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS disposto neste ANEXO.

**9.6.** Durante a execução das obras civis é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA:

- i. Fornecedor de todos os serviços de supervisão e engenharia;
- ii. Suprimento de mão de obra, canteiros de serviço, materiais, equipamentos, peças sobressalentes e acessórios;



- iii. Utilidades e suprimentos de construção;
- iv. Materiais temporários, estruturas e instalações;
- v. Transporte (inclusive descarga e movimentação), armazenamento e quaisquer outros serviços necessários para a execução das obras dentro dos padrões de qualidade exigidos no CONTRATO;
- vi. Adequada sinalização temporária e isolamento em caso de necessidade de restrição de acesso;
- vii. Comunicação com os USUÁRIOS.

**9.7.** A CONCESSIONÁRIA será responsável pelas demolições necessárias à realização dos encargos de obra, podendo propor outras demolições durante a CONCESSÃO, desde que sejam devidamente justificadas e previamente aprovadas pelo PODER CONCEDENTE e demais órgãos competentes.

## **10. Diretrizes de Projeto**

**10.1.** As diretrizes de projeto a seguir deverão ser observadas pela CONCESSIONÁRIA na elaboração dos projetos dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, bem como de eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS propostos pela CONCESSIONÁRIA.

**10.2.** São diretrizes de projeto nos PARQUES:

- i. Respeitar o caráter de Unidade de Conservação dos PARQUES, em especial em observação aos respectivos PLANOS DE MANEJO;
- ii. Seguir uma proposta de identidade visual e arquitetônica coerente com o ambiente natural, histórico, cultural e com as vocações de cada um dos PARQUES, com mínimo impacto à paisagem;
- iii. Prever tratamento paisagístico no mínimo nas áreas próximas às edificações permanentes, a fim de proporcionar melhor integração das construções à paisagem;
- iv. Respeito às dinâmicas naturais existentes, garantindo a vivência e a imersão dos USUÁRIOS na natureza e cultura dos PARQUES, e proporcionando a máxima integração entre espaços internos e externos;
- v. Preservar, sempre que possível e viável, a vegetação existente, adotando-se soluções que incorporem a vegetação nas edificações, infraestruturas e equipamentos propostos nos projetos;
- vi. Favorecer, sempre que possível, a permeabilidade do solo;

- vii. Escolha de materiais construtivos que diminuem a pegada de carbono, preferencialmente aqueles que o estocam, como a madeira engenheirada;
- viii. Minimizar, sempre que possível e viável, o impacto sobre a fauna, como, por exemplo, colisão de aves em vidros, eletrocussão, entre outros; e
- ix. Introdução de atrativos e serviços novos, bem como a disponibilização de amenidades, como sanitários e mobiliário, a fim de qualificar e incentivar maior tempo de permanência dos USUÁRIOS.

**10.2.1.** Caso seja necessária supressão de vegetação nos PARQUES, a CONCESSIONÁRIA deve solicitar autorização do PODER CONCEDENTE e apresentar plano de compensação.

**10.3.** São diretrizes específicas para projetos e obras, incluindo novas edificações, instalações de caráter não permanente, bem como reforma ou restauro de edificações e estruturas existentes:

- i. Utilização de princípios da arquitetura bioclimática, como ventilação cruzada, efeito chaminé, iluminação natural, elementos vazados, vegetação etc., promovendo conforto ambiental e eficiência energética;
- ii. Padronização de elementos como comunicação visual, revestimentos de piso, vedações e forros, vidros e esquadrias, mobiliário, louças e metais sanitários etc.;
- iii. Priorização pelo uso de materiais recicláveis, sempre que possível, que diminuam desperdícios, resíduos na obra e que possam ser reaproveitados;
- iv. Uso de luminárias e lâmpadas com alta eficiência luminosa, resultando em baixa potência instalada e garantia de conforto aos USUÁRIOS;
- v. Uso racional de energia por meio do favorecimento na arquitetura de ventilação e iluminação natural, além da utilização de iluminação, ares-condicionados, entre outros equipamentos, com selos de alta eficiência energética;
- vi. Dimensionamento eficiente de instalações elétricas e hidráulicas e de sistemas estruturais, para evitar danos a equipamentos e desperdícios de materiais;
- vii. Captação e tratamento de água de chuva para reuso, sempre que possível;
- viii. Instalação de equipamentos economizadores de água nos banheiros e o uso de mictórios secos ou com válvulas de acionamento de baixa vazão e fechamento automático;
- ix. Uso exclusivo de espécies de plantas nativas em canteiros e jardins, sendo vedada a introdução de espécies exóticas;

- x. Não empregar materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população (“arquitetura hostil”), nos termos da Lei Federal nº 14.489/2022; e
- xi. Não empregar e suprimir elementos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, nos termos da Lei Estadual nº 3.579/2001 e do Decreto Municipal nº 43.582/2017.

**10.4.** Os projetos devem contemplar todos os sistemas e disciplinas necessários para o adequado detalhamento para execução incluindo, no que couber:

- i. Sistemas estruturais: fundações e estruturas;
- ii. Coberturas, impermeabilização, esquadrias, vedações;
- iii. Forros, revestimentos e acabamentos;
- iv. Instalações e equipamentos: hidráulica, sanitária, elétrica, luminotécnica, mecânica, lógica, ventilação e climatização;
- v. Sistema de proteção contra incêndio e sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- vi. Acessibilidade;
- vii. Paisagismo;
- viii. Mobiliário e equipamentos; e
- ix. Comunicação visual.

**10.4.1.** Deverá ser observada a compatibilização entre projetos das diversas disciplinas.

**10.5.** Devem ser observadas todas as leis, normas e regramentos aplicáveis nos âmbitos federal, estadual e municipal especialmente, mas não se limitando às seguintes disciplinas:

- i. Acessibilidade universal;
- ii. Prevenção e combate a incêndio e pânico;
- iii. Conforto ambiental – térmico, acústico, lumínico, ergonomia etc.;
- iv. Sustentabilidade e meio-ambiente;
- v. Quantitativo de instalações hidrossanitárias; e
- vi. Normas de órgãos e/ou concessionárias locais de prestação de serviços públicos.

## 11. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

**11.1.** Os itens a seguir descrevem os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS que deverão ser executados pela CONCESSIONÁRIA.

**11.2.** São INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para os dois PARQUES:

- i. Reforma Geral;
- ii. Atividades de Aventura;
- iii. Parque Infantil;
- iv. Academia ao Ar Livre;
- v. Mobiliário;
- vi. Sinalização; e
- vii. Cercamento.

**11.3.** Os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para o PNMBB e para o PNMCM são apresentados, respectivamente, nos itens 11.11 e 11.12.

### 11.4. Reforma Geral

**11.4.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a reforma geral de todas as instalações e edificações dos PARQUES, a fim de garantir condições adequadas de funcionalidade, segurança e de acabamento, além de proporcionar acessibilidade universal, segurança contra incêndio e pânico, e modernização das instalações.

**11.4.1.1.** Este encargo se estende a edificações e espaços disponibilizados ao PODER CONCEDENTE, nos termos do item 14.9.

**11.4.2.** A reforma geral deve contemplar todos os sistemas e disciplinas incluindo, mas não se limitando a:

- i. Sistemas estruturais: fundações e estruturas;
- ii. Coberturas, impermeabilização, esquadrias, vedações;
- iii. Forros, revestimentos e acabamentos;
- iv. Instalações e equipamentos: hidráulica, sanitária, elétrica, luminotécnica, mecânica, lógica, ventilação e climatização;
- v. Sistema de proteção contra incêndio e sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- vi. Acessibilidade;

- vii. Paisagismo;
- viii. Mobiliário e equipamentos; e
- ix. Comunicação visual.

**11.4.3.** A Reforma Geral deve prever o ordenamento de estacionamentos incluindo sinalização horizontal e vertical, adequações de acessibilidade, demarcação de vagas preferenciais, otimização do tamanho e quantidade de vagas, revisão da drenagem, controle de acesso e medidas de acalmamento de tráfego.

**11.4.3.1.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor a redução da quantidade de vagas de estacionamento para a implantação de novas construções e/ou atrativos, contanto que mantidas as vagas a serem disponibilizadas ao PODER CONCEDENTE.

**11.4.4.** A Reforma Geral do PNMCM deve prever a requalificação do Recinto dos Jabutis, da fonte localizada próximo à Sede e do Recinto dos Animais.

**11.4.4.1.** No caso do Recinto dos Animais, devem ser demolidas as estruturas em alvenaria existentes, e proposto um novo uso ao ambiente.

**11.4.4.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá garantir o funcionamento da fonte no mínimo nos mesmos horários de visitação do PNMCM.

**11.4.5.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor a alteração de usos das edificações existentes, incluindo eventual demolição parcial ou total, contanto que seja atendida a infraestrutura de apoio à visitação (item 14.10), os ambientes a serem disponibilizados ao PODER CONCEDENTE (item 14.9) e demais disposições deste ANEXO.

**11.4.6.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor soluções alternativas, mediante apresentação de justificativa tecnicamente embasada, a ser avaliada pelo PODER CONCEDENTE.

## **11.5. Atividades de Aventura**

**11.5.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, no mínimo, 1 (um) equipamento de atividade de aventura em cada PARQUE.

**11.5.1.1.** São exemplos de equipamentos de atividade de aventura: arvorismo, tirolesa, muro de escalada e rapel.

**11.5.2.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Máxima integração com a natureza e com a paisagem natural local, ocasionando o mínimo impacto visual e potencializando o contato com a natureza;
- ii. Uso de materiais naturais e sustentáveis, como madeira de demolição ou reflorestamento;
- iii. Incorporar e preservar a vegetação, pedras e outros elementos naturais existentes no local; e
- iv. Considerar a implantação de equipamentos voltados ao público infanto-juvenil.

#### **11.6. Parque Infantil**

**11.6.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá requalificar o parque infantil existente no PNMCM e os 3 (três) existentes no PNMBB.

**11.6.1.1.** Os tipos de equipamento existentes deverão ser mantidos após a requalificação.

**11.6.1.2.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor solução alternativa, a ser avaliada pelo PODER CONCEDENTE, como a consolidação dos parques infantis do PNMBB em um único ponto, com equipamentos de maior capacidade e complexidade.

**11.6.1.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar periodicamente a necessidade de substituição e/ou revisão dos equipamentos.

**11.6.2.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Capacidade mínima para 12 (doze) USUÁRIOS simultâneos em cada parque infantil no PNMBB;
- ii. Capacidade mínima para 18 (dezoito) USUÁRIOS simultâneos em cada parque infantil no PNMCM;
- iii. Deverão ser projetados para contemplar o exercício de atividades lúdicas, de lazer e recreação para as crianças, devendo estar integrado à paisagem natural dos PARQUES, adotando materiais naturais, sustentáveis, resistentes e atóxicos na composição de seus equipamentos;
- iv. Deverá ser implantado de modo a permitir o brincar para crianças de faixas etárias distintas, favorecendo a integração entre crianças e adultos, inclusive com área dedicada para crianças de 0 (zero) a 7 (sete) anos;
- v. Instalação de brinquedos acessíveis, acolhendo crianças, portadoras ou não de necessidades especiais, de todas as idades, gêneros, classes sociais e raças, que sejam de material resistente e atóxico a fim de garantir a segurança e o conforto dos USUÁRIOS;

- vi. Os equipamentos devem ser projetados a partir de estudos voltados para o aperfeiçoamento afetivo, motor e cognitivo das crianças, incluindo, mas não limitado a: brinquedos que permitam a integração entre crianças com e sem cadeiras de rodas e brinquedos que sejam receptivos a crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista);
- vii. Abrigo da luz solar direta, por meio de pergolados ou sombra de vegetação;
- viii. Implantação de sinalização indicativa sobre o uso dos brinquedos.

#### **11.7. Academia ao Ar Livre**

**11.7.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá requalificar a academia ao ar livre existente no PNMCM e as 2 (duas) existentes no PNMBB, contendo no mínimo os seguintes tipos de equipamento:

- i. Equipamentos para alongamento;
- ii. Equipamentos para musculação; e
- iii. Equipamentos de exercícios voltados à terceira idade.

**11.7.1.1.** Os tipos de equipamento existentes deverão ser mantidos após a requalificação.

**11.7.1.2.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor solução alternativa, mediante apresentação de justificativa tecnicamente embasada, a ser avaliada pelo PODER CONCEDENTE.

**11.7.1.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar periodicamente a necessidade de substituição e/ou revisão dos equipamentos.

**11.7.2.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Capacidade mínima para 10 (dez) USUÁRIOS simultâneos em cada academia;
- ii. Abrigo da luz solar direta, por meio de pergolados ou sombra de vegetação; e
- iii. Pavimentação adequada para prática de atividades físicas.

#### **11.8. Mobiliário**

**11.8.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá implantar todo o mobiliário necessário para apoio à visitação dos USUÁRIOS, incluindo:

- i. Bancos;
- ii. Mesas de piquenique;
- iii. Lixeiras;
- iv. Bebedouros;
- v. Paraciclos;

- vi. Outros tipos de mobiliário que couberem, como mesa de jogos, arquibancada, espreguiçadeiras, redes, balanços, vasos de plantas, ombrelones e gazebos.

**11.8.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar periodicamente a necessidade de substituição e/ou revisão de todo o mobiliário existente.

**11.8.2.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Acessibilidade universal;
- ii. Quantitativos suficientes para o pleno atendimento aos USUÁRIOS;
- iii. Considerar as condições de insolação e sombramento na definição da localização do mobiliário;
- iv. Conjunto de bebedouros, incluindo equipamento acessível, no mínimo próximo a todos os conjuntos de sanitários de acesso público;
- v. Os bebedouros devem possuir filtro, a ser substituído conforme instruções do fabricante, e capacidade de fluxo e refrigeração compatível com o público visitante de cada PARQUE;
- vi. Lixeiras resistentes e anti-fauna, evitando o acesso de animais aos resíduos;
- vii. Lixeiras duplas com coleta seletiva, no mínimo junto às edificações; e
- viii. A localização e as características do bicicletário devem favorecer a comodidade dos USUÁRIOS e a segurança das bicicletas.

**11.8.3.** Os quantitativos para cada tipo de mobiliário devem ser iguais ou superiores aos existentes no início da CONCESSÃO.

**11.8.3.1.** No PNMCM deverá ser mantida ou modernizada a biblioteca comunitária existente.

## **11.9. Sinalização**

**11.9.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá projetar, fabricar e instalar todo o sistema de sinalização e comunicação visual dos PARQUES.

**11.9.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá substituir toda a sinalização existente, avaliando a destinação adequada para os materiais, como reuso ou reciclagem.

**11.9.2.** O sistema de sinalização e comunicação deve conter, no mínimo:

- i. Sinalização de identificação do PARQUE (como totem ou pórtico);
- ii. Mapas dos PARQUES;
- iii. Painéis multiuso (divulgação de eventos, campanhas sazonais etc.);



- iv. Identificação de disponibilidade do serviço de Wi-Fi;
- v. Divulgação dos canais de ouvidoria;
- vi. Sinalização de indicação e direcional;
- vii. Sinalização de regulamentação;
- viii. Sinalização de advertência;
- ix. Sinalização de emergência (rotas de fuga, combate a incêndio etc.);
- x. Sinalização educativa (cuidados com o meio ambiente, descarte de resíduos, não alimentação de animais silvestres etc.);
- xi. Sinalização de interpretação ambiental (informações sobre fauna, flora, patrimônio histórico-cultural e ambiental dos PARQUES etc.);
- xii. Sinalização acessível (mapas táteis, plaquetas em braille etc.); e
- xiii. Sinalização horizontal ou outra forma de demarcação de vagas e ordenamento dos estacionamentos.

**11.9.3.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Princípio dos dois sentidos, conforme ABNT NBR 9050;
- ii. Textos em língua portuguesa e, no mínimo, tradução em língua inglesa;
- iii. Uso preferencial de materiais naturais, que se integrem à paisagem e ambiência dos PARQUES;
- iv. Compatibilização e integração com elementos edificados, instalações e equipamentos, de forma a minimizar o impacto na paisagem e reduzir obstáculos;
- v. A sinalização deve ser suficiente para que os USUÁRIOS se localizem e desloquem pelos PARQUES de forma independente, sem a necessidade de auxílio;
- vi. Mapas orientados preferencialmente conforme a direção do observador;
- vii. Linguagem visual padronizada (tipografia, paleta de cores, materiais etc.); e
- viii. Não utilizar iluminação atrativa à fauna nos termos do item 8.5.

**11.9.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá ter como referência:

- i. Identidade visual e marcas oficiais dos PARQUES, do programa PARQUES CARIOCAS, do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA;
- ii. Manual de Sinalização de Unidades de Conservação Federais do Brasil do ICMBIO (2018);
- iii. Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBIO (2019);
- iv. Publicação Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação do ICMBIO (2020);

- v. Guia Brasileiro de Sinalização Turística do Ministério do Turismo (2015);
- vi. Manual de Sinalização dos Parques Naturais Municipais do município do Rio de Janeiro; e
- vii. Outros manuais e documentos que couberem ou vierem a substituir os documentos listados.

#### **11.10. Cercamento**

**11.10.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a revisão geral do cercamento, garantindo a completa vedação do perímetro dos PARQUES junto a lotes e vias públicas limítrofes.

**11.10.1.1.** Deverá ser observada a padronização de materiais e acabamentos, no mínimo garantindo a uniformidade no trecho de testada de cada via.

#### **11.11. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do PNMBB**

**11.11.1.** São INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS específicos do PNMBB:

- i. Passarela Elevada;
- ii. Pontos de Alimentação; e
- iii. Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

##### **11.11.2. Passarela Elevada e Torre de Observação**

**11.11.2.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá implantar e manter da forma adequada uma passarela elevada na trilha demarcada como Área de Recuperação AR5 (trilha secundária 2 do CV1) no PLANO DE MANEJO do PNMBB.

**11.11.2.1.1.** A passarela deverá ter extensão mínima de 80 m (oitenta metros), largura mínima de 2,0 m (dois metros) e atingir altura mínima de 5,0 m (cinco metros), excluída eventual cobertura e guarda-corpo.

**11.11.2.1.2.** A passarela deverá ser disponibilizada como um novo atrativo gratuito para os USUÁRIOS do PARQUE.

**11.11.2.1.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a recuperação da área degradada AR5 conforme orientações do PODER CONCEDENTE e disposições do PLANO DE MANEJO.

**11.11.2.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá implantar uma torre de observação no PNMBB.

**11.11.2.2.1.** A torre de observação deverá ter altura mínima de 10,0 m (dez metros), excluída eventual cobertura e guarda-corpo, e escadas de acesso de largura livre mínima 1,2 m (um metro e vinte centímetros).

**11.11.2.2.2.** A torre de observação deverá ser disponibilizada como um novo atrativo gratuito para os USUÁRIOS do PARQUE.

**11.11.2.3.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Arquitetura harmônica com o ambiente natural;
- ii. Máxima integração com a natureza e com a paisagem natural local, ocasionando o mínimo impacto visual e potencializando o contato com a natureza;
- iii. Incorporar e preservar a vegetação, pedras e outros elementos naturais existentes no local; e
- iv. Uso de materiais naturais e sustentáveis, como madeira de demolição ou reflorestamento.

#### **11.11.3. Pontos de Alimentação**

**11.11.3.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, no mínimo, 2 (dois) pontos de alimentação no PNMBB.

**11.11.3.2.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Área construída mínima de 200 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) para um dos pontos;
- ii. Área construída mínima de 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) para o segundo ponto;
- iii. Localização dos dois pontos em setores diferentes do PARQUE;
- iv. Cozinha e despensa que atendam aos requisitos sanitários para manipulação de alimentos;
- v. Arquitetura harmônica com o ambiente natural, com permeabilidade entre exterior e interior, promovendo uma ampla integração em relação a natureza; e
- vi. Uso preferencial de materiais naturais e sustentáveis, como madeira de demolição ou reflorestamento.

**11.11.3.3.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor solução alternativa, a ser avaliada pelo PODER CONCEDENTE.

#### **11.11.4. Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

**11.11.4.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a ligação de todas as edificações e instalações da ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMBB à rede pública de esgotamento sanitário.

**11.11.4.1.1.** Este encargo se estende a edificações e espaços disponibilizados ao PODER CONCEDENTE, bem como ao Horto Municipal Carlos Rizzini.

**11.11.4.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a desativação e o fechamento das fossas sépticas existentes no interior do PNMBB, observadas todas as exigências e requisitos aplicáveis.

**11.11.4.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar o fechamento do poço artesiano existente no interior do PNMBB, observadas todas as exigências e requisitos aplicáveis.

**11.11.4.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar a abertura de poço artesiano dedicado ao Horto Municipal Carlos Rizzini, observadas todas as exigências e requisitos aplicáveis.

#### **11.12. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS do PNMCM**

**11.12.1.** São INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS específicos do PNMCM:

- i. Jardim Sensorial;
- ii. Torre de Observação; e
- iii. Ponto de Alimentação.

##### **11.12.2. Jardim Sensorial**

**11.12.2.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá implantar 1 (um) jardim sensorial no PNMCM.

**11.12.2.1.1.** O jardim sensorial deverá ter área mínima de 80 m<sup>2</sup> (oitenta metros quadrados).

**11.12.2.1.2.** O jardim sensorial deverá ser disponibilizado como um novo atrativo gratuito para os USUÁRIOS do PARQUE.

**11.12.2.1.3.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor solução alternativa, mediante apresentação de justificativa tecnicamente embasada, a ser avaliada pelo PODER CONCEDENTE.

**11.12.2.2.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Estímulo aos diversos sentidos, como olfato, audição e tato;
- ii. Projeto de paisagismo com espécies nativas de forração e arbustos, além de materiais diversos de revestimento de piso, como cascalhos, areia e casca de madeira;
- iii. Sinalização ambiental interpretativa;
- iv. Incorporar e preservar a vegetação, pedras e outros elementos naturais existentes no local; e
- v. Uso de materiais naturais e sustentáveis, como madeira de demolição ou reflorestamento.

#### **11.12.3. Torre de Observação**

**11.12.3.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a reforma geral da torre de observação, a fim de possibilitar a visitação com segurança aos USUÁRIOS.

**11.12.3.1.1.** As escadas de acesso devem ter largura livre mínima de 1,2 m (um metro e vinte centímetros), conforme normas aplicáveis.

**11.12.3.1.2.** A torre de observação deverá ser disponibilizada como um atrativo gratuito para os USUÁRIOS do PARQUE.

**11.12.3.1.3.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor solução alternativa, mediante apresentação de justificativa tecnicamente embasada, a ser avaliada pelo PODER CONCEDENTE.

#### **11.12.4. Ponto de Alimentação**

**11.12.4.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, no mínimo, 1 (um) ponto de alimentação no PNMCM.

**11.12.4.2.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Área construída mínima de 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados);
- ii. Cozinha e despensa que atendam aos requisitos sanitários para manipulação de alimentos;
- iii. Permeabilidade entre seu exterior e seu interior, promovendo uma ampla integração em relação a natureza;
- iv. Arquitetura harmônica com o ambiente natural, com permeabilidade entre exterior e interior, promovendo uma ampla integração em relação a natureza; e
- v. Uso preferencial de materiais naturais e sustentáveis, como madeira de demolição ou reflorestamento.

## 12. Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia

**12.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE os seguintes Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia:

- i. Estudo Preliminar;
- ii. Projeto Básico;
- iii. Projeto Executivo; e
- iv. Documentação do Projeto Como Construído (*As Built*).

**12.2.** Os Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia deverão ser entregues pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE em meio digital, em formato editável, como .doc e .dwg, e em versão .pdf, .ifc, ou em outra forma previamente acordada entre as PARTES.

**12.3.** Poderá ser utilizado o *Building Information Modelling* – BIM ou Modelagem da Informação da Construção para:

- i. Elaboração dos modelos de arquitetura e dos modelos de engenharia referentes às disciplinas de: estruturas; instalações hidráulicas; instalações de aquecimento, ventilação e ar-condicionado e instalações elétricas;
- ii. Detecção de interferências físicas e funcionais entre as diversas disciplinas e a revisão dos modelos de arquitetura e engenharia, de modo a compatibilizá-los entre si;
- iii. Extração de quantitativos;
- iv. Geração de documentação gráfica, extraída dos modelos a que se refere este subitem;
- v. Orçamentação, o planejamento e o controle da execução de obras;
- vi. Atualização dos modelos dos PARQUES e de suas informações como construído (*As Built*), inclusive futuras atualizações que se fizerem necessárias; e
- vii. O gerenciamento e a manutenção dos PARQUES.

**12.3.1.** Devem ser respeitadas as normas técnicas pertinentes, como a ABNT NBR 15965 (Sistema de classificação da informação da construção), bem como as melhores práticas para a execução de fluxos de trabalho com o uso do BIM.

**12.3.2.** Fica facultada à CONCESSIONÁRIA a implementação e uso do BIM para a realização de atividades e processos complementares, como: simulações com o objetivo de avaliar a eficiência energética, consumo de energia e pegada de carbono da obra e edificação, e a adequação e otimização do desempenho térmico, acústico e lumínico dos ambientes.



**12.4.** Os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS deverão ser claramente expostos e demonstrados nos Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia submetidos pela CONCESSIONÁRIA, e seu cumprimento será fiscalizado pelo PODER CONCEDENTE, sendo aplicáveis as penalidades contratuais no caso de inexecução ou atraso na conclusão dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

**12.4.1.** Especificamente para o licenciamento de projetos do estacionamento, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar projeto de sinalização vertical, horizontal e acessibilidade, detalhando passeio, travessias de pedestres etc.

**12.5.** Deverão acompanhar os Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia o registro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), do(s) profissional(is) ou empresa(s) terceirizada(s) responsável(is) pelos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, assim como a ART/RRT correspondente do projeto e obra.

#### **12.6. Estudo Preliminar**

**12.6.1.** O Estudo Preliminar, conforme definição da ABNT NBR 16.636-2/2017, consiste em informações técnicas:

- i. Sucintas e suficientes para a caracterização geral da concepção adotada, incluindo indicações das funções, dos usos, das formas, das dimensões, das localizações dos ambientes da edificação, bem como de quaisquer outros requisitos prescritos ou de desempenho;
- ii. Sucintas e suficientes para a caracterização específica dos elementos construtivos e dos seus componentes principais, incluindo indicações das tecnologias recomendadas; e
- iii. Relativas a soluções alternativas gerais e especiais, suas vantagens e desvantagens, de modo a facilitar a seleção subsequente.

**12.6.2.** O Estudo Preliminar deverá conter, no que couber:

- i. Levantamento topográfico, cadastral e arbóreo;
- ii. Sondagem de solo;
- iii. Planta geral de implantação, com cotas de nível;
- iv. Planta de todos os pavimentos, com cotas gerais e de nível, e divisão de ambientes;
- v. Cortes longitudinais e transversais suficientes para o entendimento da proposta;
- vi. Elevações;

- vii. Perspectivas 3D e/ou maquetes que expressem a volumetria e materialidade; e
- viii. Memorial descritivo.

**12.6.3.** Para fins de aplicação dos Parâmetros Construtivos, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e submeter ao PODER CONCEDENTE a Documentação do Projeto Como Construído (*As Built*) das edificações permanentes preexistentes.

**12.6.4.** O Estudo Preliminar deverá ser entregue pela CONCESSIONÁRIA, para aprovação pelo PODER CONCEDENTE.

**12.6.4.1.** O PODER CONCEDENTE deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias corridos, aprovando ou solicitando alterações.

**12.6.4.2.** Caso sejam solicitadas alterações, a CONCESSIONÁRIA terá até 20 (vinte) dias corridos para entregar o Estudo Preliminar revisado.

**12.6.4.2.1.** Caso o PODER CONCEDENTE solicite novas alterações, essas deverão ser incorporadas na elaboração do Projeto Básico.

## **12.7. Projeto Básico**

**12.7.1.** O Projeto Básico, conforme definição adaptada da ABNT NBR 16.636-2/2017, consiste em informações técnicas relativas ao empreendimento (ambientes interiores e exteriores) e a todos os elementos do empreendimento, seus componentes construtivos e materiais de construção considerados relevantes.

**12.7.2.** O Projeto Básico deve conter, no que couber:

- i. Detalhamento dos documentos apresentados no Estudo Preliminar;
- ii. Detalhes de elementos construtivos da edificação;
- iii. Plantas e cortes de projeto de instalações prediais (elétrica, rede de dados, hidráulica, esgotamento sanitário, gás, ar-condicionado e segurança contra incêndio);
- iv. Memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção.

**12.7.3.** O Projeto Básico deverá ser entregue pela CONCESSIONÁRIA, para aprovação pelo PODER CONCEDENTE.

**12.7.3.1.** O PODER CONCEDENTE deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias corridos, aprovando ou solicitando alterações.

**12.7.3.2.** Caso sejam solicitadas alterações, a CONCESSIONÁRIA terá até 20 (vinte) dias corridos para entregar o Projeto Básico revisado.

**12.7.3.2.1.** Caso o PODER CONCEDENTE solicite novas alterações, essas deverão ser incorporadas na elaboração do Projeto Executivo.

## **12.8. Projeto Executivo**

**12.8.1.** O Projeto Executivo, conforme definição da Lei Federal nº 14.133/2021, consiste no conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas nas etapas anteriores de projeto, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

**12.8.2.** O Projeto Executivo deve conter, no que couber:

- i. Detalhamento dos documentos apresentados no Projeto Básico;
- ii. Detalhes construtivos e ampliações (caixilhos, áreas molhadas etc.);
- iii. Projetos e planos complementares, como paisagismo, manejo arbóreo, comunicação visual e mobiliário;
- iv. Plano de obras, contendo cronograma físico-financeiro detalhado e plano de gerenciamento de resíduos da construção civil.

**12.8.3.** O Projeto Executivo deverá ser entregue pela CONCESSIONÁRIA, para aprovação pelo PODER CONCEDENTE.

**12.8.3.1.** O PODER CONCEDENTE deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias corridos, aprovando ou solicitando alterações.

**12.8.3.2.** Caso sejam solicitadas alterações, a CONCESSIONÁRIA terá até 20 (vinte) dias corridos para entregar o Projeto Executivo revisado.

**12.8.3.2.1.** Caso o PODER CONCEDENTE solicite novas alterações, essas deverão ser incorporadas ao Projeto Executivo antes do início das obras.

## **12.9. Documentação do Projeto Como Construído (*As Built*)**

**12.9.1.** A documentação do Projeto Como Construído (*As Built*) consiste na apresentação de informações técnicas por meio de desenhos e memoriais que representam a obra tal como

construída, destacando principalmente as alterações realizadas em obra que se diferem o Projeto Executivo.

**12.9.1.1.** A documentação do Projeto Como Construído (*As Built*) deverá observar a norma ABNT NBR 14.645.

**12.9.2.** A documentação do Projeto Como Construído (*As Built*) deverá ser entregue pela CONCESSIONÁRIA para ciência do PODER CONCEDENTE.

MANUTENÇÃO

## CAPÍTULO IV – SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS

### 13. Diretrizes Gerais

**13.1.** Os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS compreendem os encargos de planejamento, gestão e operação dos serviços de apoio à visitação dos PARQUES pela CONCESSIONÁRIA.

**13.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá executar os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS, no que couber, a partir da DATA DA ORDEM DE INÍCIO até a extinção do CONTRATO.

**13.1.2.** O encargo de Transição da Operação, especificamente, deverá ser executado entre a assinatura do CONTRATO e a DATA DA ORDEM DE INÍCIO.

**13.1.3.** A execução dos SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS deverá observar as disposições deste ANEXO, bem como os PLANOS DE MANEJO dos PARQUES.

**13.2.** Os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS se dividem em:

- i. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS;
- ii. Encargos de Gestão e Comunicação;
- iii. Elaboração de PLANO DE OPERAÇÃO; e
- iv. Encargos de Transparência e Prestação de Contas.

**13.3.** A CONCESSIONÁRIA deve manter as instalações em condições de funcionamento adequado durante toda a vigência do CONTRATO, devendo executar diretamente ou indiretamente por meio de subcontratação todos os serviços necessários à plena operação dos PARQUES.

**13.3.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a conservação e manutenção preventiva e corretiva de toda a ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS e demais equipamentos necessários à consecução do OBJETO sob sua administração, de modo a mantê-los em pleno funcionamento e assegurar o conforto, segurança e bem-estar dos USUÁRIOS.

**13.3.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá executar os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS de modo a evitar interferências na visitação dos USUÁRIOS e no meio ambiente, podendo executá-los em horários alternativos ao funcionamento dos PARQUES.

**13.4.** A CONCESSIONÁRIA deve manter os PARQUES em conformidade com os parâmetros previstos no ANEXO V – Sistema de Mensuração de Desempenho.

## 14. SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS

**14.1.** Os itens a seguir descrevem os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS que deverão ser executados pela CONCESSIONÁRIA.

**14.2.** São SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS:

- i. Transição da Operação;
- ii. Limpeza, Controle de Pragas e Gestão de Resíduos;
- iii. Conservação e Manutenção da Infraestrutura, Trilhas, Instalações e Equipamentos;
- iv. Manejo de Áreas Verdes, Fauna e Corpos Hídricos;
- v. Vigilância, CFTV e Atendimento a Emergências;
- vi. Fornecimento de Utilidades;
- vii. Disponibilização de Ambientes ao PODER CONCEDENTE;
- viii. Infraestrutura de Apoio à Visitação;
- ix. Educação Ambiental; e
- x. Manejo dos Impactos de Visitação.

**14.2.1.** Compete à CONCESSIONÁRIA executar os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS nos passeios públicos (calçadas) limítrofes dos PARQUES.

**14.2.2.** Compete à CONCESSIONÁRIA executar os SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS na trilha da Borboleta da Praia, localizada no Circuito de Visitação CV3 do PNMBB, entre as imediações do Núcleo de Educação Ambiental e a ponte sobre o lago.

### 14.3. Transição da Operação

**14.3.1.** A transferência da operação dos PARQUES envolve a operação do PODER CONCEDENTE acompanhada pela CONCESSIONÁRIA, em regime de OPERAÇÃO ASSISTIDA, a fim de assegurar uma transição eficaz das operações dos PARQUES e minimizar o impacto sobre os USUÁRIOS e o meio ambiente.

**14.3.2.** Durante a OPERAÇÃO ASSISTIDA, o PODER CONCEDENTE manterá a responsabilidade pela operação dos PARQUES, com acompanhamento direto da CONCESSIONÁRIA.

**14.3.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá levar em consideração a necessidade de estabelecer comunicação plena e transparente com todos os interessados no que se refere aos potenciais desafios e efeitos adversos da transição.



**14.3.4.** Durante a OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA está autorizada a realizar um amplo processo de reconhecimento para familiarizar-se completamente com as operações, a estrutura organizacional, os CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES e os USUÁRIOS.

**14.3.5.** A CONCESSIONÁRIA desfrutará de livre acesso a todas as instalações dos PARQUES e serão designados espaços físicos para que a CONCESSIONÁRIA possa realizar os trabalhos e atividades da transição.

**14.3.6.** Durante a OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA não terá direito à exploração comercial das RECEITAS DA CONCESSÃO e das RECEITAS ACESSÓRIAS.

**14.3.7.** A CONCESSIONÁRIA poderá designar uma equipe de transição própria, para gerenciar todos os aspectos da transição da operação do PODER CONCEDENTE para a CONCESSIONÁRIA.

**14.3.8.** Durante a OPERAÇÃO ASSISTIDA, a CONCESSIONÁRIA deve:

- i. Elaborar o PLANO DE OPERAÇÃO dos PARQUES;
- ii. Elaborar um Plano de Ação Inicial;
- iii. Elaborar o TERMO DE ARROLAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE BENS REVERSÍVEIS, nos termos do CONTRATO;
- iv. Indicar o profissional Responsável Técnico; e
- v. Acompanhar as atividades dos PARQUES e designar responsáveis diretos pelo acompanhamento das principais áreas funcionais dos PARQUES.

**14.3.8.1.** O Plano de Ação Inicial deverá apresentar medidas de curto prazo a serem implementadas pela CONCESSIONÁRIA em até 120 (cento e vinte) dias da DATA DA ORDEM DE INÍCIO, priorizando ações de fácil implementação e alto impacto, como melhorias na limpeza, jardinagem e vigilância, substituição de mobiliários, equipamentos e sinalização, e iniciativas de comunicação com os USUÁRIOS, além dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS relacionados no item 20.2.

**14.3.9.** Os objetivos da OPERAÇÃO ASSISTIDA são:

- i. Permitir à CONCESSIONÁRIA obter e preparar os recursos necessários para a prestação dos serviços previstos no CONTRATO;
  - ii. Minimizar qualquer efeito adverso da transferência dos serviços para a CONCESSIONÁRIA;
- e

- iii. Assegurar a disponibilidade de informações e procedimentos necessários para que as PARTES assumam suas responsabilidades e direitos descritos no CONTRATO.

**14.3.10.** A CONCESSIONÁRIA deve garantir uma transição eficaz por meio da execução das seguintes ações:

- i. Tomar a iniciativa para comunicar-se com os empregados, CONSELHOS CONSULTIVOS e USUÁRIOS dos PARQUES, órgãos governamentais e a comunidade em geral em todos os aspectos da transição;
- ii. Iniciar o processo de capacitação e desenvolvimento do seu quadro de pessoal;
- iii. Tomar a iniciativa para cooperar com os representantes locais e regionais da Administração Municipal, CONSELHOS CONSULTIVOS, comunidade empresarial e população em geral para promover a preservação e a visitação sustentável dos PARQUES; e
- iv. Estabelecer uma estrutura organizacional eficiente, que defina claramente as áreas de responsabilidade.

**14.3.11.** Ao término da OPERAÇÃO ASSISTIDA, a transferência da operação deverá ocorrer sem interrupção do pleno funcionamento dos PARQUES, devendo a CONCESSIONÁRIA garantir a manutenção da operação em níveis aceitáveis.

#### **14.4. Limpeza, Controle de Pragas e Gestão de Resíduos**

**14.4.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a limpeza, controle de pragas e gestão de resíduos em todas as edificações, instalações, equipamentos, mobiliário e áreas livres integrantes da ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS.

**14.4.1.1.** A execução de serviços de limpeza pela CONCESSIONÁRIA abrange as seguintes atividades:

- i. Limpeza, por meio de lavagem, higienização e desinfecção ou outro método comprovadamente eficaz de todos os ambientes e superfícies – de forma a promover a remoção de sujidades visíveis, tais como poeira, manchas, lodo, líquidos e resíduos – em todas as instalações, em superfícies como: mobiliários, portas, pisos, paredes, armários, corredores, parapeitos, rodapés, janelas, ventiladores, luminárias em geral (inclusive externas), parte interna e externa do prédio, calhas, escadas, cortinas, persianas, grades, balcões, maçanetas, mesas, cadeiras, instalações sanitárias, extintores de incêndio,

telefones, lixeiras, espelhos, dispensadores, saboneteiras, papeladeiras, elevadores, escadarias, circulações, vidros, vidraças, tetos, placas de comunicação visual, filtros e bebedouros, tapetes, dentre outros;

- ii. Limpeza e polimento de metais tais como: válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.;
- iii. Limpeza periódica de caixa d'água;
- iv. Abastecimento, sempre que necessário, de dispensadores, saboneteiras, papel higiênico e papel toalha;
- v. Limpeza e desobstrução de ralos de escoamento, inclusive seu desentupimento quando necessário;
- vi. Limpeza interna de bebedouros;
- vii. Varrição e limpeza de áreas internas, externas e calçadas;
- viii. Coleta de resíduo das lixeiras; e
- ix. Segregação, acondicionamento e transporte interno dos resíduos até o local de coleta.

**14.4.2.** A CONCESSIONÁRIA deve zelar pelas condições de higiene dos pontos de alimentos e bebidas e dos equipamentos de uso coletivo.

**14.4.3.** Compete à CONCESSIONÁRIA a gestão de resíduos, por meio de coleta seletiva, priorizando a destinação de resíduos orgânicos para compostagem e a reciclagem de resíduos recicláveis.

**14.4.3.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar 1 (um) ecoponto para coleta seletiva de resíduos em cada PARQUE.

**14.4.4.** A CONCESSIONÁRIA será responsável pela destinação dos resíduos sólidos coletados na ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS.

**14.4.4.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a compostagem dos resíduos vegetais provenientes, por exemplo, de poda e varrição.

**14.4.5.** É dever da CONCESSIONÁRIA realizar atividades de monitoramento e controle de pragas, contemplando medidas de manejo de espécies nativas e controle de espécies exóticas, conforme orientações do PODER CONCEDENTE

**14.4.5.1.** Os serviços devem incluir áreas internas e externas, no mínimo nas Áreas de Visitação (AV) e Áreas de Uso Especial (AUE) dos PARQUES.

#### **14.5. Conservação e Manutenção da Infraestrutura, Trilhas, Instalações e Equipamentos**

**14.5.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter íntegros e conservar a infraestrutura, instalações e equipamentos dos PARQUES, que deverão estar em perfeitas condições de funcionalidade, segurança e acabamento.

**14.5.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá promover os reparos, substituições e/ou modernizações dos bens sob sua responsabilidade em caso de desgaste, superação tecnológica ou para otimizar sua execução e garantir a manutenção das condições adequadas das atividades e serviços, conforme determinado no CONTRATO.

**14.5.3.** É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção preventiva, preditiva e corretiva de todos os sistemas e infraestrutura presentes nos PARQUES, englobando, mas não se limitando a:

- i. Sistema predial (obra civil, pintura, acabamento, pisos, forros etc.);
- ii. Instalações elétricas;
- iii. Instalações hidráulicas;
- iv. Rede de dados;
- v. Instalações de climatização;
- vi. Sistema de combate a incêndio;
- vii. Acessibilidade universal;
- viii. Vidros e esquadrias;
- ix. Pavimentação;
- x. Equipamentos;
- xi. Sinalização e comunicação visual; e
- xii. Mobiliário.

**14.5.4.** O mobiliário e os equipamentos dos ambientes dos PARQUES disponibilizados ao PODER CONCEDENTE, nos termos do item 14.9, se incluem no escopo de conservação e manutenção da CONCESSIONÁRIA.

**14.5.5.** Os serviços de manutenção de equipamentos, no que couber, devem ser realizados por empresas especializadas e profissionais devidamente qualificados, cabendo à CONCESSIONÁRIA obter e manter atualizados os laudos técnicos atestando as boas condições de uso desses equipamentos, de modo a garantir a segurança dos usuários e minimizar riscos

operacionais, em especial nos equipamentos de academia ao ar livre, passarela, torres de observação, nas atividades de turismo de aventura e similares.

**14.5.6.** A CONCESSIONÁRIA deve manter, ao longo do tempo, a padronização de elementos como revestimentos de piso, vedações e forros, vidros e esquadrias, mobiliário, louças e metais sanitários etc.

**14.5.7.** A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a conservação e manutenção do cercamento dos parques incluindo, mas não se limitando a limpeza de sujidades, manchas e pichações, poda em caso de grade ou muro coberto por trepadeiras, entre outras ações preventivas e corretivas.

**14.5.8.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter as trilhas, observando as seguintes diretrizes:

- i. Garantir a trafegabilidade e a segurança dos USUÁRIOS;
- ii. Evitar processos erosivos com ações de prevenção e reparação;
- iii. Instalação, revisão e conservação de estruturas de drenagem e escoamento de águas, como canaletas e sarjetas;
- iv. Melhorias na segurança e trafegabilidade, com intervenções como degraus, passarelas e guarda-corpo;
- v. Melhorias na acessibilidade, por meio de recursos como sinalização, corrimãos e cabo-guia;
- vi. Instalação de mobiliários de apoio e benfeitorias como mirantes, decks e bancos; e
- vii. Garantir manutenção do nível de permeabilidade do solo.

#### **14.6. Manejo de Áreas Verdes, Fauna e Corpos Hídricos**

**14.6.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a manutenção de todos os canteiros e áreas ajardinadas das Áreas de Visitação (AV) dos PARQUES, incluindo áreas gramadas, árvores, plantas, arbustos, bem como o Canteiro externo da ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCEDIDOS do PNMBB, procedendo à sua poda, adubagem, plantio e reposição.

**14.6.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter dos canteiros e áreas ajardinadas livres de ervas daninhas, lodo, lixo, corpos estranhos, bem como realizar substituição de espécies mortas ou insalubres.

**14.6.1.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá observar as orientações do PODER CONCEDENTE para execução de poda.

**14.6.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar podas, capinas e roçadas preventivas na vegetação adjacente às trilhas, de forma a garantir a manutenção dos percursos e a segurança dos USUÁRIOS, conforme orientação do PODER CONCEDENTE.

**14.6.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a preservação do solo dos PARQUES, evitando processos erosivos por meio da adequada manutenção das trilhas, de gramados e de canteiros.

**14.6.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a limpeza e a manutenção das ecobarreiras instaladas na Lagoa das Taxas, junto ao Canal das Taxas.

**14.6.5.** A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o serviço de remoção de gigogas (*Eichhornia sp.*) da Lagoa das Taxas, conforme orientações do PODER CONCEDENTE.

**14.6.6.** A CONCESSIONÁRIA deverá zelar pela fauna silvestre presente nos PARQUES, monitorando sua relação com o uso e ocupação destas áreas, de forma a minimizar os impactos das atividades humanas, cumprindo os encargos de:

- i. Apoiar o PODER CONCEDENTE nas visitas técnicas, pesquisas, levantamentos, cuidados, vacinação e outras atividades relativas ao manejo da fauna silvestre dos PARQUES, destacando um profissional habilitado para este acompanhamento;
- ii. Evitar que os animais silvestres presentes nos PARQUES sejam alimentados pelos USUÁRIOS, advertindo-os por meio de sinalização;
- iii. Zelar para que os animais silvestres não sejam sequestrados dos PARQUES;
- iv. Controle e manejo de animais exóticos nos PARQUES, de maneira a não prejudicar a fauna silvestre e a experiência dos USUÁRIOS, nos termos da legislação vigente, podendo firmar, para tanto, parcerias com entidades que promovam ações de adoção e castração; e
- v. Controle de acesso de animais domésticos (exceto animais de assistência).

**14.6.7.** A CONCESSIONÁRIA deverá possuir um profissional com experiência em atividades de manejo e monitoramento de animais silvestres, para realizar a contenção mínima e manejo da fauna, em caso de intercorrências, e realizar os devidos encaminhamentos até a chegada da equipe responsável do PODER CONCEDENTE.

**14.6.7.1.** O profissional supramencionado deverá realizar treinamentos voltados aos demais funcionários dos PARQUES, abrangendo especificidades, normas e boas práticas ligadas aos cuidados com a fauna.



**14.6.7.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE um protocolo de atendimento, documentação, notificação do PODER CONCEDENTE e destinação em relação a animais mortos, adoecidos ou feridos na ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS.

#### **14.7. Vigilância, CFTV e Atendimento a Emergências**

**14.7.1.** É encargo da CONCESSIONÁRIA adotar as providências necessárias para garantir aos USUÁRIOS adequadas condições de acesso, circulação e segurança nas dependências dos PARQUES.

**14.7.2.** Os encargos da CONCESSIONÁRIA relacionados ao acesso e segurança dos PARQUES podem ser divididos em segurança patrimonial, acesso e monitoramento e gerenciamento de imagens de segurança.

**14.7.2.1.** A CONCESSIONÁRIA deve manter disponível número suficiente de profissionais de segurança, devidamente treinados, de modo a desempenhar corretamente as funções de vigilância patrimonial, portaria e monitoramento de Circuito Fechado de Televisão (CFTV).

**14.7.2.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá alocar, no mínimo, 2 (dois) profissionais no PNMBB, sendo 1 (um) na entrada do PARQUE e 1 (um) rondante, e 1 (um) profissional rondante no PNMCM.

**14.7.2.1.1.1.** Aos finais de semana, durante o horário de funcionamento do PNMBB, deverá ser alocado 1 (um) profissional adicional.

**14.7.2.2.** Esses encargos deverão ser cumpridos 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias.

**14.7.3.** A CONCESSIONÁRIA é responsável pela segurança patrimonial dos bens que estejam na ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS, cabendo a ela executar, por meio de vigilantes treinados, rondas frequentes, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem.

**14.7.3.1.** Compete à CONCESSIONÁRIA comunicar ao PODER CONCEDENTE e demais autoridades de segurança pública todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio ou contra terceiros no ambiente dos PARQUES.

**14.7.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá colaborar nos casos de emergência nas instalações, visando à manutenção das condições de segurança.

**14.7.5.** A CONCESSIONÁRIA deverá comunicar às autoridades de segurança pública a presença de aglomerações de pessoas junto aos PARQUES, bem como toda e qualquer situação que potencial ou efetivamente traga risco à segurança dos PARQUES.

**14.7.6.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter disponíveis funcionários nas entradas dos PARQUES, de modo a controlar a entrada e a saída de veículos, empregados e visitantes nas instalações dos PARQUES.

**14.7.7.** A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, operar e monitorar sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV).

**14.7.7.1.** O sistema deverá possuir, no mínimo, 15 (quinze) câmeras no PNMBB e 5 (cinco) câmeras no PNMCM.

**14.7.7.1.1.** As câmeras devem ser posicionadas em pontos estratégicos de cada PARQUE.

**14.7.7.1.2.** No mínimo 1 (uma) câmera deverá ser posicionada junto ao acesso de cada PARQUE.

**14.7.7.2.** O sistema será destinado ao uso em regime contínuo, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias.

**14.7.7.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá possuir armazenamento das imagens pelo período mínimo de 7 (sete) dias, observado o disposto na legislação vigente.

**14.7.7.4.** As câmeras do CFTV devem estar distribuídas por toda a ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS, prioritariamente nas edificações, ou locais que necessitem maior controle.

**14.7.7.5.** As câmeras deverão possibilitar a contagem estimada de pessoas em tempo real.

**14.7.8.** Deve ser preparada pela CONCESSIONÁRIA uma central de controle computadorizada, em sala específica para tal atividade, localizada em lugar estratégico, vinculada a todo o sistema de segurança dos PARQUES.

**14.7.8.1.** Todos os equipamentos de uso comum e todos os sistemas gerais serão monitorados a partir desta central por profissionais da CONCESSIONÁRIA lotados nesse espaço.

**14.7.8.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar ao Centro de Operações Rio ou órgão que vier a substituí-lo acesso às imagens do sistema de CFTV.

**14.7.9.** A CONCESSIONÁRIA deverá obter e manter em situação regular o Certificado de Aprovação (CA) do Corpo de Bombeiros.

**14.7.9.1.** Compete única e exclusivamente à CONCESSIONÁRIA o cumprimento de todas as exigências que se façam necessárias para a obtenção do Certificado de Aprovação (CA).

**14.7.10.** A CONCESSIONÁRIA deverá implementar e garantir condições de atuação de equipe de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), observando as disposições normativas aplicáveis, principalmente a NR-5.

**14.7.11.** A CONCESSIONÁRIA deverá implementar e garantir as condições de atuação de Brigada de Incêndio, observando as disposições normativas aplicáveis, principalmente a ABNT NBR 14276.

#### **14.8. Fornecimento de Utilidades**

**14.8.1.** A CONCESSIONÁRIA deve fornecer completa infraestrutura de rede, água, saneamento, gás, e quaisquer outras utilidades necessárias ao bom funcionamento dos PARQUES.

**14.8.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá, no que couber à sua competência, garantir o fornecimento ininterrupto e em níveis de qualidade adequados das utilidades.

**14.8.1.2.** Todos os custos e instalações relacionados a serviços de infraestrutura inerentes à operação, tais como tarifa de água, telefonia, internet e energia elétrica das edificações, equipamentos e instalações, serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

**14.8.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá individualizar as contas de consumo do PNMBB, com a segregação da medição relativa ao consumo do Horto Municipal Carlos Rizzini.

**14.8.2.1.** A CONCESSIONÁRIA será responsável pelos custos integrais até que seja realizada a individualização.

**14.8.2.2.** Os custos relativos à tarifa de água serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA até que seja realizada a individualização ou a implantação do poço artesiano (conforme item 11.11.4.4), o que ocorrer depois.

**14.8.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá prover aos USUÁRIOS o acesso à água potável, disponibilizando-a de forma gratuita nas edificações públicas de visitação, monitorando a sua qualidade, em conformidade com os parâmetros de potabilidade regidos pela legislação vigente.

**14.8.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar serviço de internet Wi-Fi, ou outra tecnologia que vier a substituir, mediante cadastramento gratuito dos USUÁRIOS.

**14.8.4.1.** Deverão ser observadas as exigências legais e normativas, especialmente em relação a segurança da informação e proteção de dados.

**14.8.4.2.** A cobertura deverá abranger, no mínimo, o Centro de Visitantes e os ambientes disponibilizados ao PODER CONCEDENTE (item 14.9).

**14.8.4.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a qualidade e estabilidade do sinal dos usuários, evitando *jitters* e latências.

**14.8.4.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar acesso gratuito e ilimitado para o PODER CONCEDENTE.

#### **14.9. Disponibilização de Ambientes ao PODER CONCEDENTE**

**14.9.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar ao PODER CONCEDENTE no mínimo os seguintes ambientes, destinados à gestão da UC e ao Grupamento de Defesa Ambiental (GDA):

- i. Escritório do gestor, com área mínima de 10 m<sup>2</sup>, computador e armários para desenvolvimento de atividades administrativas da gestão da UC;
- ii. Sanitário do gestor;
- iii. Sala de reunião, com mesa, monitor e no mínimo 20 (vinte) lugares para realizar reuniões do CONSELHO CONSULTIVO e demais reuniões pertinentes à gestão da UC;
- iv. Sala técnica, com 4 (quatro) postos, com computadores para trabalhos administrativos (guardas, educadores ambientais);
- v. 4 (quatro) vagas de estacionamento destinadas à gestão da UC, ao GDA e ao PODER CONCEDENTE;
- vi. Alojamento para o Grupamento de Defesa Ambiental, com capacidade para [•] pessoas;
- vii. Vestiários masculino e feminino para funcionários, considerando instalações para portadores de necessidades especiais;
- viii. Copa e refeitório para funcionários, com pia, geladeira, bebedouro, micro-ondas e no mínimo 4 lugares.

**14.9.1.1.** Prevalecerá a especificação da infraestrutura existente, incluindo equipamentos e mobiliários, caso seja superior à relacionada acima.

**14.9.1.2.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor a realocação e a otimização do espaço atualmente ocupado pelos ambientes supramencionados.

**14.9.1.3.** A CONCESSIONÁRIA deve assegurar que as instalações permaneçam em condições adequadas de uso, conforme os padrões técnicos e operacionais exigidos no CONTRATO e neste ANEXO, durante todo o prazo da CONCESSÃO.

**14.9.1.4.** A CONCESSIONÁRIA será responsável pela execução dos SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS nesses ambientes.

**14.9.1.5.** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar no mínimo 4 (quatro) vagas de estacionamento próximas à sede da UC para uso pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiros por ele indicados.

**14.9.1.5.1.** A disponibilização supramencionada poderá se dar por meio do fornecimento de credenciais, sendo vedada a segregação física dessas vagas.

**14.9.1.6.** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar ao PODER CONCEDENTE os ambientes e espaços destinados à gestão da UC plenamente funcionais, mobiliados e equipados.

#### **14.10. Infraestrutura de Apoio à Visitação**

**14.10.1.** O PNMBB deve possuir, no mínimo, as seguintes infraestruturas de apoio à visitação:

- i. Centro de Visitantes;
- ii. 2 (dois) pontos de alimentação;
- iii. Serviço de aluguel de bicicletas; e
- iv. 1 (um) conjunto de sanitários masculino, feminino e acessível, localizado em ponto do PARQUE afastado do Centro de Visitantes.

**14.10.2.** O PNMCM deve possuir, no mínimo:

- i. Centro de Visitantes; e
- ii. 1 (um) ponto de alimentação.

**14.10.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a disponibilidade e o funcionamento do Centro de Visitantes e dos sanitários durante todo o horário de funcionamento dos PARQUES.

#### **14.10.4. Centro de Visitantes**

**14.10.4.1.** Cada PARQUE deve possuir Centro de Visitantes contendo, no mínimo:

- i. Local para recepção de visitantes com painel de informações e maquete do PARQUE;
- ii. Exposição permanente autoguiada;
- iii. Sanitários masculino e feminino, considerando instalações para portadores de necessidades especiais; e
- iv. Sala de Educação Ambiental, com bancada para desenvolver oficinas e demais atividades de educação ambiental.

**14.10.4.1.1.** A Sala de Educação Ambiental pode ser o mesmo ambiente destinado à sala de reunião a ser disponibilizada ao PODER CONCEDENTE, contanto que não interfira na agenda da gestão da UC e nas atividades finalísticas desses espaços.

**14.10.4.1.2.** A Sala de Educação Ambiental, a Sala de Reunião e o Centro de Visitantes poderão ser utilizados pela CONCESSIONÁRIA, contanto que não interfira na agenda da gestão da UC e nas atividades finalísticas desses espaços.

**14.10.4.1.3.** A exposição permanente autoguiada deverá se relacionar aos elementos naturais dos PARQUES, contendo material gráfico e audiovisual interpretativo e acessibilidade universal.

**14.10.4.1.3.1.** A exposição deverá ter como referência a publicação Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação do ICMBIO (2020) ou publicação que vier a substituí-la.

#### **14.10.5. Ponto de Alimentação**

**14.10.5.1.** O PNMBB deverá dispor de 2 (dois) pontos de alimentação, em pontos do PARQUE afastados entre si, conforme item 11.11.3.

**14.10.5.2.** O PNMCM deverá dispor de 1 (um) ponto de alimentação, conforme item 11.12.4.

**14.10.5.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a disponibilidade e o funcionamento de, ao menos, 1 (um) ponto de alimentação por PARQUE durante todo o horário de funcionamento dos PARQUES.



**14.10.5.3.1.** No PNMBB, a CONCESSIONÁRIA deverá garantir a disponibilidade e o funcionamento de, ao menos, 2 (dois) pontos de alimentação aos finais de semanas e feriados.

#### **14.10.6. Serviço de aluguel de bicicletas**

**14.10.6.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, no PNMBB, serviço de aluguel de bicicletas.

**14.10.6.1.1.** O serviço deve dispor, além de modelos convencionais, de bicicletas dos tipos infantil, *hand-bike* inclusiva e familiar.

**14.10.7.** A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a disponibilidade e o funcionamento do serviço de aluguel de bicicletas durante todo o horário de funcionamento do PNMBB.

#### **14.11. Educação Ambiental**

**14.11.1.** A CONCESSIONÁRIA será responsável por promover a educação ambiental nos PARQUES, incluindo, pelo menos, as seguintes ações:

- i. Desenvolver atividades e ações de educação ambiental para USUÁRIOS em geral, com viés de conservação da Biodiversidade, conforme Lei Federal nº 9.985/2000, através de visitas autoguiadas;
- ii. Desenvolver atividades gratuitas de educação ambiental para estudantes das redes pública e privada de ensino, conforme Lei Federal nº 9.795/1999, por meio de visitas guiadas;
- iii. Desenvolver colônia de férias nos PARQUES, para atendimento de, no mínimo, 200 (duzentos) estudantes por ano da rede municipal de ensino, de forma gratuita, com atividades que envolvam palestras, atividades lúdicas e a visita guiada pelos atrativos de educação ambiental dos PARQUES;
- iv. Realizar atividades de educação ambiental com os colaboradores da CONCESSIONÁRIA nos treinamentos;
- v. Desenvolver atividades e ações para os USUÁRIOS em geral, com viés de sustentabilidade e mínimo impacto ao meio ambiente, abordando temas como:
  - a) Coleta, retirada ou dano à exemplares da flora local;
  - b) Redução do consumo de água, energia e reciclagem de resíduos sólidos, além do fomento a minimização da geração de resíduos

- c)** Proibição de fogueiras sem autorização pelo órgão gestor dentro dos PARQUES; e
    - d)** Proibição de alimentação de animais silvestres e atenção à fauna e flora local;
  - vi.** Verificar, junto ao PODER CONCEDENTE, as atividades e os projetos já existentes nos PARQUES relacionados à educação ambiental, e identificar e promover possíveis parcerias para fortalecimento dos laços com a comunidade local;
  - vii.** Desenvolver exposições permanentes no Centro de Visitantes, com conteúdo educativo e interativo sobre o patrimônio natural, histórico e cultural dos PARQUES;
  - viii.** Desenvolver meios de comunicação sobre as regras básicas de conduta e sobre a localização dos atrativos;
  - ix.** Desenvolver ações e atividades para divulgação do patrimônio ambiental, histórico e cultural dos PARQUES;
  - x.** Elaborar um roteiro para visita dos equipamentos que inclua visitas guiadas com monitores e visitas autoguiada com a utilização de mapas, guias, placas, aplicativos, entre outros recursos que dispensem a condução de um monitor; e
  - xi.** Instalar equipamentos lúdicos, de comunicação e mobiliário para promover a educação ambiental.
- 14.11.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá dispor de, no mínimo 1 (um) monitor para atividades de educação ambiental e visitas guiadas durante 40 h (quarenta horas) semanais por PARQUE, distribuídas em 5 (cinco) dias por semana, incluindo obrigatoriamente sábados e domingos.
- 14.11.1.1.1.** O monitor supramencionado pode ser o Responsável Técnico (item 15.4).
- 14.11.1.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) atividade inclusiva para pessoas com necessidades especiais.
- 14.11.1.3.** Complementarmente, a CONCESSIONÁRIA poderá realizar outras ações e projetos de educação ambiental, como:
- i.** Visitas noturnas: uma opção que pode ocorrer no período de lua cheia, guiada, com grupo limitado de pessoas, fazendo uso de poucas fontes luminosas (lanternas) com o intuito estritamente educacional, permitindo ao USUÁRIO a observação de animais de hábitos noturnos em atividade; e

- ii. Programa de educação ambiental e acessibilidade: desenvolver uma série de ações de educação ambiental voltadas a portadores de necessidades especiais, possibilitando experiências práticas a estas pessoas, em contato com a natureza através de diferentes sentidos.

**14.11.2.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Proporcionar incentivo à sensibilização, conscientização, interpretação, engajamento e educação ambiental e para a sustentabilidade sobre os elementos naturais, históricos e culturais dos PARQUES;
- ii. Observar as diretrizes do Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEA); e
- iii. Os recursos naturais existentes na ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS e os equipamentos de educação ambiental instalados pela CONCESSIONÁRIA devem servir como ferramentas de educação ambiental para estudantes e USUÁRIOS, abordando de forma lúdica, interpretativa e qualificada assuntos que promovam e valorizem a preservação do meio ambiente e os aspectos culturais e históricos dos PARQUES.

**14.11.3.** Todos os equipamentos e recursos destinados à educação ambiental deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento e conservação pela CONCESSIONÁRIA.

**14.12. Manejo dos Impactos de Visitação**

**14.12.1.** No âmbito do Manejo dos Impactos da Visitação, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar Plano de Manejo dos Impactos da Visitação, em diálogo com o PODER CONCEDENTE e com a gestão da UC, e ouvidos os CONSELHOS CONSULTIVOS.

**14.12.1.1.** Para a elaboração e operacionalização do Plano de Manejo dos Impactos da Visitação, a CONCESSIONÁRIA deverá contar com equipe técnica com capacitação e experiência pertinente.

**14.12.1.2.** O Plano de Manejo dos Impactos da Visitação deverá ser apresentado para aprovação do PODER CONCEDENTE.

**14.12.2.** O Plano de Manejo dos Impactos da Visitação deverá conter, no mínimo:

- i. Priorização e diagnóstico das atividades de visitação;
- ii. Estabelecimento de Número Batizador da Visitação (NBV); e
- iii. Planejamento de indicadores e ações de manejo.

**14.12.2.1.** A CONCESSIONÁRIA, em conjunto com o PODER CONCEDENTE e ouvidos os CONSELHOS CONSULTIVOS, deverá avaliar periodicamente a necessidade de revisão dos Plano de Manejo dos Impactos da Visitação.

**14.12.3.** A CONCESSIONÁRIA será responsável por executar o Plano de Manejo dos Impactos da Visitação, em diálogo com o PODER CONCEDENTE e com a gestão da UC, e ouvidos os CONSELHOS CONSULTIVOS, devendo realizar:

- i. Monitoramento dos indicadores;
- ii. Avaliação dos indicadores; e
- iii. Execução de ações de manejo.

**14.12.3.1.** As ações de manejo deverão ser apresentadas previamente para não objeção do PODER CONCEDENTE.

**14.12.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá ter como referência:

- i. Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais do ICMBIO (2011);
- ii. Manual de Métodos para o monitoramento do Número de Visitas em Unidades de Conservação Federais do ICMBIO (2020); e
- iii. Outros documentos, metodologias e legislações que couberem ou vierem a substituir os documentos listados.

## **15. Encargos de Gestão e Comunicação**

**15.1.** A gestão administrativa da CONCESSIONÁRIA deverá atender com rigor aos requisitos de transparência, economicidade e eficácia, com a execução de uma série de rotinas e obrigações, relacionadas à gestão e custeio de recursos humanos, serviços e demais despesas para o gerenciamento, assim como a realização de compras e contratações, de atividades organizacionais, de prestação de contas e gestão arquivística.

**15.2.** A CONCESSIONÁRIA e suas subcontratadas deverão ter, ao longo de todo o período de CONCESSÃO, um quadro de prepostos ou empregados capacitados, em quantidade suficiente, para executar as atividades necessárias ao cumprimento do OBJETO, adotando as melhores práticas de mercado, com o objetivo de atingir excelência nos serviços que serão prestados.

**15.2.1.** A CONCESSIONÁRIA é responsável pelos contratos de trabalho de seus prepostos ou empregados e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias,

inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho.

**15.2.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá munir seus prepostos ou empregados, inclusive os de suas subcontratadas, com EPI (equipamentos de proteção individual) e demais equipamentos e insumos necessários para a execução de suas funções, respeitando a legislação vigente e as normas de segurança.

**15.2.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado o cadastro de seus prepostos ou empregados, inclusive os de suas subcontratadas, incluindo, no mínimo:

- i. Nome completo;
- ii. Documento de identificação; e
- iii. Cargo/função.

**15.2.3.1.** Essas informações deverão ser disponibilizadas ao PODER CONCEDENTE quando solicitadas.

**15.2.4.** Todos os prepostos ou empregados da CONCESSIONÁRIA ou suas subcontratadas deverão estar uniformizados e identificados no exercício de suas funções.

**15.2.5.** Todas as equipes, inclusive as equipes de segurança, deverão utilizar trajes condizentes ao exercício de suas atividades e às condições climáticas, visando a sua segurança e conforto na execução dos serviços assim como a identificação visual de suas funções.

**15.2.6.** Caberá à CONCESSIONÁRIA capacitar seus prepostos ou empregados, diretos ou subcontratados, para manter um relacionamento cordial, harmonioso e solícito com os USUÁRIOS, inclusive dispensando a eles tratamento urbano e cortês no atendimento de dúvidas e orientações

**15.2.7.** A contratação de funcionários deverá observar as exigências legais, sejam as trabalhistas como as de cada área de atuação, assim como os parâmetros de mercado para remuneração, visando à garantia de equipe especializada, em número adequado para execução do OBJETO.

**15.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá manter um relacionamento colaborativo e harmonioso com os USUÁRIOS, os CONSELHOS CONSULTIVOS e gestão das UCs, o PODER CONCEDENTE e a

comunidade do entorno, contribuindo com o desenvolvimento do equipamento como uma centralidade de comércio, gastronomia, turismo e lazer totalmente integrada ao território.

**15.3.1.** A CONCESSIONÁRIA e suas subcontratadas não poderão adotar posturas discriminatórias contra qualquer USUÁRIO, bem como deverão agir para evitar tais posturas também de terceiros.

**15.3.2.** Cabe à CONCESSIONÁRIA:

- i. Indicar um ou mais profissionais, dentro de seu quadro de prepostos ou empregados, que possua um entendimento completo de todas as atividades relativas ao OBJETO, para realizar a interlocução com o PODER CONCEDENTE durante o período da CONCESSÃO;
- ii. Atender a todos os pedidos de reunião pelo PODER CONCEDENTE;
- iii. Responder, em prazo adequado, a todas as solicitações de informação pelo PODER CONCEDENTE e/ou pelos CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES;
- iv. Adotar medidas necessárias à solução de problemas identificados pelo PODER CONCEDENTE e/ou pelos CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES; e
- v. Acolher as reclamações e sugestões dos USUÁRIOS e dos CONSELHOS CONSULTIVOS e, sempre que possível, endereçá-las.

**15.3.2.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá acolher reclamações e sugestões por meio do canal 1746 ou canal que vier a substituí-lo.

**15.4.** A CONCESSIONÁRIA deverá indicar um ou mais profissionais, dentro de seu quadro de prepostos ou empregados, como Responsável Técnico pelos SERVIÇOS OBRIGATÓRIOS e demais serviços executados pela CONCESSIONÁRIA.

**15.4.1.** O Responsável Técnico deverá possuir formação superior em ciências biológicas, medicina veterinária ou equivalente, e possuir no mínimo 5 (cinco) anos de experiência profissional em manejo de fauna e flora.

**15.4.2.** O Responsável Técnico deverá estar presente em qualquer dos PARQUES ao menos durante 5 (cinco) dias por semana.

**15.4.3.** O PODER CONCEDENTE poderá requisitar a presença desse profissional a qualquer tempo.

**15.4.4.** Poderá ser indicado o mesmo profissional responsável pelo item 14.6.7.



**15.5.** A CONCESSIONÁRIA deverá autorizar, sem custo, a realização de reportagens e a reprodução de fotos e filmagens pela imprensa a título de jornalismo informativo nos PARQUES, desde que estas atividades não impactem no seu bom funcionamento e na execução do OBJETO.

**15.6.** A CONCESSIONÁRIA deverá autorizar, sem custo, a realização de fotos e filmagens pela Administração Pública para fins não comerciais, de interesse público, desde que estas atividades não impactem no seu bom funcionamento e na execução do OBJETO.

**15.7.** A produção de conteúdo audiovisual nos PARQUES, a título diverso de jornalismo informativo, depende de prévia autorização de filmagem pelo PODER CONCEDENTE.

**15.7.1.** A CONCESSIONÁRIA será informada com antecedência acordada entre as PARTES em caso de produção de conteúdo audiovisual de maior porte, que requeira a instalação ou montagem de estrutura anterior ao início da filmagem, mobilização em número significativo de indivíduos ou caso envolva a necessidade de interdição de acesso aos espaços.

**15.7.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá emitir prévio comunicado aos USUÁRIOS quanto a interdição ou limitação de acesso a determinados espaços em virtude da realização de execução da captação audiovisual por produção autorizada.

#### **15.8. Comunicação e Marketing**

**15.8.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá prever a utilização da marca oficial dos PARQUES, da marca do programa PARQUES CARIOCAS e do PODER CONCEDENTE na comunicação com os USUÁRIOS, nas instalações, veículos, sinalização e uniformes dos funcionários, em sítios eletrônicos e demais elementos pertinentes à CONCESSÃO.

**15.8.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá ter como referência:

- i. Manual de identidade visual da marca do programa PARQUES CARIOCAS;
- ii. Manual de identidade visual da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- iii. Marcas oficiais dos PARQUES; e
- iv. Outros manuais e documentos que couberem ou vierem a substituir os documentos listados.

**15.8.2.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá utilizar a marca do programa PARQUES CARIOCAS em diálogo com o PODER CONCEDENTE.

**15.8.2.2.** A CONCESSIONÁRIA poderá propor ao PODER CONCEDENTE o aprimoramento da marca oficial dos PARQUES.

**15.8.2.2.1.** Eventual proposta deverá ser apresentada aos CONSELHOS CONSULTIVOS.

**15.8.3.** A CONCESSIONÁRIA deverá executar os seguintes serviços de comunicação:

- i. Desenvolvimento da marca da CONCESSÃO, com manual de identidade visual da CONCESSIONÁRIA, incluindo exemplos de aplicação em materiais de divulgação;
- ii. Estratégias de comunicação, considerando incluindo o público-alvo e perfil dos USUÁRIOS atuais e potenciais dos PARQUES, apresentando as linhas gerais do posicionamento da marca e ações de divulgação e promoção dos PARQUES e dos serviços da CONCESSIONÁRIA;
- iii. Desenvolvimento e manutenção de sítio eletrônico na internet (website);
- iv. Desenvolvimento e manutenção de páginas em pelo menos 2 (duas) redes sociais;
- v. Elaboração de material com informações que auxiliem o planejamento das visitas, a ser disponibilizado impresso no Centro de Visitantes e digitalmente nos canais digitais; e
- vi. Elaboração de material com informações que auxiliem o planejamento das visitas por pessoas com necessidades especiais, indicando a acessibilidade de atrativos, roteiros e serviços acessíveis.

**15.8.4.** Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- i. Textos em língua portuguesa e, no mínimo, tradução em língua inglesa; e
- ii. Disponibilizar sempre que possível recursos de acessibilidade.

**15.8.5.** A CONCESSIONÁRIA deverá comercializar nos PARQUES no mínimo 5 (cinco) produtos com a marca do programa PARQUES CARIOCAS, não sendo contabilizadas variações como cor, sabor ou fragrância.

**15.8.5.1.** Os produtos devem ser apresentados previamente para não objeção do PODER CONCEDENTE.

## **16. PLANO DE OPERAÇÃO**

**16.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para aprovação pelo PODER CONCEDENTE, o PLANO DE OPERAÇÃO contendo a descrição da operacionalização da execução dos encargos sob sua responsabilidade.

**16.1.1.** O PLANO DE OPERAÇÃO deverá dimensionar os serviços futuros, considerando rotinas, periodicidades, descrição de ações, procedimentos e resultados pretendidos.

**16.1.2.** O PLANO DE OPERAÇÃO deve seguir os procedimentos descritos pela legislação, normas técnicas e outras que lhe forem aplicáveis, além dos padrões reconhecidos como boas práticas do setor.

**16.1.3.** No desenvolvimento do PLANO DE OPERAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá, na medida do possível, consultar os agentes interessados, entre eles o PODER CONCEDENTE, os USUÁRIOS e os CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES.

**16.2.** O PLANO DE OPERAÇÃO deve conter o detalhamento da estratégia e dos procedimentos da CONCESSIONÁRIA para os encargos de transição e assunção, gestão e operação dos PARQUES, quais sejam:

- i. Gestão administrativa;
- ii. Limpeza, controle de pragas e gestão de resíduos;
- iii. Conservação e manutenção da infraestrutura, trilhas, instalações e equipamentos;
- iv. Manejo de áreas verdes e fauna;
- v. Vigilância, CFTV e atendimento a emergências;
- vi. Educação ambiental;
- vii. Plano de Manejo dos Impactos da Visitação;
- viii. Comunicação e marketing;
- ix. Interlocução com USUÁRIOS, PODER CONCEDENTE e CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES.

**16.2.1.** O detalhamento das estratégias e procedimentos deve incluir, no que couber:

- i. Especificação estimada do quadro de pessoal, por turno, local e funções;
- ii. Procedimento e periodicidade para a execução de serviços, como limpeza, dedetização, coleta e destinação de resíduos sólidos, atendimento ao USUÁRIO;
- iii. Rotinas e procedimentos de manutenção e conservação, bem como listagem das instalações e de suas respectivas necessidades de manutenção preventiva, preditiva, corretiva e de atualização ou reposição;
- iv. Procedimento de obtenção e renovação de alvarás, atestados, entre outros documentos necessários à operação;

- v. Rotinas, procedimentos e políticas de vigilância e ronda, além da localização e quantidade das câmeras de vigilância;
- vi. Procedimentos e políticas para a gestão de riscos, identificação e tratamento de ocorrências, emergências e de situações atípicas, como dias de grande movimento;
- vii. Rotinas e procedimentos administrativos, de gestão de pessoal e de gestão de contratos;
- viii. Procedimentos para atendimento e comunicação com os USUÁRIOS, PODER CONCEDENTE e CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES;
- ix. Diagnóstico da situação atual de exercício das atividades e dimensionamento das atividades futuras considerando a rotina diária e eventual realização de eventos nos PARQUES; e
- x. Outros procedimentos e estratégias que couberem.

**16.2.2.** O PLANO DE OPERAÇÃO deverá ser entregue pela CONCESSIONÁRIA, para aprovação pelo PODER CONCEDENTE, no prazo indicado no CAPÍTULO VI.

**16.2.2.1.** O PODER CONCEDENTE deverá se manifestar em até 20 (vinte) dias corridos, aprovando ou solicitando alterações.

**16.2.2.2.** Caso sejam solicitadas alterações, a CONCESSIONÁRIA terá até 20 (vinte) dias corridos para entregar o PLANO DE OPERAÇÃO revisado.

**16.2.3.** O PODER CONCEDENTE poderá manifestar sua objeção ao PLANO DE OPERAÇÃO apresentado para aprovação pela CONCESSIONÁRIA:

- i. Se não forem respeitados os parâmetros mínimos previstos para os serviços neste ANEXO;
- ii. Se não forem respeitados os requisitos técnicos e ambientais previstos nos PLANOS DE MANEJO dos PARQUES; ou
- iii. Se não forem respeitadas a legislação e as normas técnicas vigentes relacionadas aos serviços objetos da CONCESSÃO.

**16.2.4.** Após aprovação do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o PLANO DE OPERAÇÃO elaborado para os CONSELHOS CONSULTIVOS dos PARQUES.

**16.3.** O PLANO DE OPERAÇÃO poderá ser revisto:

- i. Durante o procedimento de revisão ordinária, descrito no CONTRATO; ou
- ii. Em prazo menor, por iniciativa do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, sempre que:

- a) For observada a necessidade de adequação do PLANO DE OPERAÇÃO para refletir INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS ou INVESTIMENTOS OPCIONAIS;
- b) For observado que o PLANO DE OPERAÇÃO atual não cumpre, suficientemente o padrão de qualidade de serviço devido pela CONCESSIONÁRIA; ou
- c) Houver atualização na legislação e normas aplicáveis e o plano atual não for suficiente para o cumprimento dos novos normativos.

**16.4.** No caso da revisão do PLANO DE OPERAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá observar o mesmo procedimento de aprovação do primeiro PLANO DE OPERAÇÃO.

**16.5.** Durante o processo de revisão, o PLANO DE OPERAÇÃO vigente permanece válido até a aprovação final do PODER CONCEDENTE.

## **17. Encargos de Transparência e Prestação de Contas**

**17.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá prestar informações por meio de relatórios periódicos ao PODER CONCEDENTE para conferência e auditoria, de forma a garantir a transparência da gestão da CONCESSÃO e o cumprimento do CONTRATO.

**17.1.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar:

- i. Mensalmente os demonstrativos contábeis e documentos fiscais da CONCESSIONÁRIA;
- ii. Trimestralmente o Relatório de Execução de Encargos; e
- iii. Anualmente o Relatório Consolidado Anual.

**17.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar mensalmente seus demonstrativos contábeis e documentos fiscais, para fins de cálculo da OUTORGA VARIÁVEL e dos ENCARGOS ACESSÓRIOS.

**17.3.** Desde a DATA DA ORDEM DE INÍCIO até a extinção da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá entregar o Relatório de Execução de Encargos, informando o cumprimento das disposições deste ANEXO.

**17.3.1.** O Relatório de Execução de Encargos deverá ser entregue trimestralmente pela CONCESSIONÁRIA, em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre.

**17.3.1.1.** Para fins de elaboração e entrega do Relatório de Execução de Encargos, serão contados os trimestres do ano da seguinte forma:

- i. Primeiro trimestre: janeiro, fevereiro e março;
- ii. Segundo trimestre: abril, maio e junho;

- iii. Terceiro trimestre: julho, agosto e setembro; e
- iv. Quarto trimestre: outubro, novembro e dezembro.

**17.4.** No Relatório de Execução de Encargos, além das demais informações pertinentes, devem ser apresentados:

- i. Relatório de execução do PLANO DE OPERAÇÃO;
- ii. Relatório de execução das obras, quando houver;
- iii. Contagem de USUÁRIOS em cada um dos PARQUES;
- iv. Relatório dos eventos realizados nos PARQUES;
- v. Relatórios de ocupação da área bruta locável, atividades desenvolvidas, movimentação de visitantes, entre outros indicadores pertinentes;
- vi. Informação dos valores arrecadados com publicidade, patrocínio e cessão de direitos de nomeação (*naming rights*);
- vii. Laudos técnicos e comprovantes da validade de certificados, laudos e serviços aplicáveis;
- viii. Relatório de disponibilidade de sistemas, como o CFTV;
- ix. Relação das críticas, elogios, sugestões, denúncias e reclamações recebidas, contendo breve descrição, data e as medidas tomadas em relação a elas;
- x. Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos funcionários;
- xi. Atas das reuniões com o CONSELHO CONSULTIVO e descrição de encaminhamentos; e
- xii. Demonstrativo de Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial da CONCESSIONÁRIA de apuração trimestral.

**17.4.1.** O Relatório de Execução de Encargos deverá versar sobre fatos e informações pertinentes ao trimestre correspondente, evitando a repetição de informações relativas a períodos anteriores.

**17.5.** Anualmente, em até 90 (noventa) dias após a o encerramento de cada ano calendário, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE um Relatório Consolidado Anual contendo, no mínimo:

- i. Síntese dos Relatórios de Execução de Encargos trimestrais, com informações como eventos realizados, ocupação da área bruta locável e movimentação de visitantes;
- ii. Prestação de contas da execução dos ENCARGOS ACESSÓRIOS, incluindo apresentação de notas fiscais;
- iii. Relatório dos indicadores e das ações de manejo dos impactos da visitação;



- iv. Relatório de execução das iniciativas de educação ambiental;
- v. Relatório de melhorias, manutenções, eventos e demais ações implementadas;
- vi. Demonstrações contábeis e financeiras completas auditadas; e
- vii. Planejamento de ações, atividades e eventos previstos para o ano seguinte.

**17.5.1.** O relatório anual deverá possibilitar uma comparação evolutiva, mediante apresentação de série histórica, das informações apresentadas.

**17.6.** Os demonstrativos contábeis e documentos fiscais mensais, o Relatório de Execução de Encargos e o Relatório Consolidado Anual deverão ser entregues pela CONCESSIONÁRIA para o PODER CONCEDENTE por meio de procedimento a ser acordado entre as PARTES.

**17.7.** Os Relatórios de Execução de Encargos e o Relatório Consolidado Anual deverão ser disponibilizados em sítio eletrônico oficial da CONCESSIONÁRIA, acessível pela internet e disponível aos USUÁRIOS.

**17.8.** Os relatórios trimestral e anual poderão ser utilizados para verificação do cumprimento dos encargos previstos, podendo ser utilizados para fins de mensuração de desempenho.

**17.9.** A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer todas as informações solicitadas e participar de todas as reuniões convocadas pelo PODER CONCEDENTE para fins de prestação de contas da operação e atividades dos PARQUES, especialmente perante os CONSELHOS CONSULTIVOS e a gestão das UCs.

**17.10.** O PODER CONCEDENTE poderá, a seu critério, realizar inspeções em todas as áreas e equipamentos objeto da CONCESSÃO a fim de realizar uma análise de conformidade entre os relatórios apresentados e a situação real dos PARQUES, podendo, para tanto, contar com o apoio de terceiros.

## CAPÍTULO V – ENCARGOS ACESSÓRIOS

### 18. ENCARGOS ACESSÓRIOS relacionados aos MACROTEMAS

**18.1.** Nos termos do CONTRATO e do ANEXO V – Sistema de Mensuração de Desempenho, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar os ENCARGOS ACESSÓRIOS.

**18.2.** Os ENCARGOS ACESSÓRIOS serão destinados ao custeio de ações e iniciativas que estejam inseridas nos MACROTEMAS abaixo identificados:

- i. Apoio às ações de educação, comunicação e interpretação ambiental: projetos de educação socioambiental, podendo envolver públicos da educação formal e não formal, bem como o desenvolvimento e implementação do programa de interpretação ambiental dos PARQUES;
- ii. Apoio às ações de promoção do turismo local e de projetos de integração com o entorno;
- iii. Fomento ao empreendedorismo, inclusive digital: ações de fortalecimento do turismo e de desenvolvimento local, incluindo as cadeias produtivas e fornecedores de produtos e serviços do entorno e de iniciativas para atuação em turismo, voltados às comunidades do entorno dos PARQUES;
- iv. Apoio a projetos de integração com o entorno: ações de fortalecimento de desenvolvimento local voltados a cadeias sustentáveis e a fornecedores de produtos e serviços do entorno, incluindo investimentos na capacitação e no treinamento da comunidade do entorno dos PARQUES;
- v. Apoio a projetos de pesquisa, inclusive quando relacionados à aplicação de sistemas e dispositivos inovadores: viabilização de projetos de pesquisa prioritários sobre os PARQUES e sobre as Unidades de Conservação do Município do Rio de Janeiro, incluindo sua diversidade de temáticas;
- vi. Apoio às ações de manejo de espécies: ações relacionadas ao controle de espécies da fauna e da flora exóticas invasoras, a intervenções na gestão de situações de conflito na interação entre fauna e visitação, e ações de restauração de ecossistemas Unidades de Conservação sob tutela da SMAC;
- vii. Apoio às ações ambientais e de monitoramento nas Unidades de Conservação sob tutela da SMAC: ações voltadas ao monitoramento e recuperação ambiental lato sensu (por exemplo, qualidade da água e o respectivo tratamento, resposta a intervenções, ações de restauração), monitoramento da biodiversidade, monitoramento de ameaças (por

exemplo, uso de tecnologias para a detecção de ilícitos), monitoramento de impactos relacionados à visitação;

- viii. Apoio ao programa de voluntariado: ações de planejamento, gestão e execução do programa de voluntariado dos PARQUES;
- ix. Apoio a ações de arborização nas áreas de entorno dos PARQUES, contribuindo para o aumento da biodiversidade e da qualidade de vida da região;
- x. Apoio em ações de regularização fundiária de áreas privadas nas Unidades de Conservação sob tutela da SMAC;
- xi. Apoio a projetos de execução e atualização de PLANOS DE MANEJO de Unidades de Conservação sob tutela da SMAC e Planos de Uso Público;
- xii. Monitoramento dos corpos hídricos situados nos PARQUES e do nível do lençol freático; e
- xiii. Fornecimento de insumos para o Horto Municipal Carlos Rizzini.

**18.3.** O PODER CONCEDENTE decidirá as ações que deverão ser custeadas por meio dos ENCARGOS ACESSÓRIOS.

## CAPÍTULO VI – PRAZOS

### 19. Prazos de Entrega de Planos e Projetos

**19.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá observar os prazos dispostos na Tabela 7 para a entrega de planos e projetos definidos neste ANEXO.

Tabela 7 – Prazos de entrega de planos e projetos

Obrigação	Marco	Prazo
<b>PLANO DE OPERAÇÃO e Plano de Ação Inicial</b>	Condição precedente para a ORDEM DE INÍCIO	-
<b>Masterplan e Estudo Preliminar</b>	DATA DA ORDEM DE INÍCIO	30 dias
<b>Projeto Básico</b>	Aprovação do Estudo Preliminar	60 dias
<b>Projeto Executivo</b>	Aprovação do Projeto Básico	60 dias
<b>Documentação do Projeto Como Construído (<i>As Built</i>)</b>	Conclusão de cada INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO	60 dias

Elaboração: CCPar

**19.1.1.** A fim de garantir o cumprimento dos prazos de entrega dos ENCARGOS DE INVESTIMENTO, mediante acordo entre as PARTES, o cronograma de entrega dos Documentos Técnicos de Arquitetura e Engenharia poderá ser revisado.

**19.2.** A CONCESSIONÁRIA deverá concluir integralmente a execução das ações previstas no Plano de Ação Inicial em até 180 (cento e oitenta) dias contados da DATA DA ORDEM DE INÍCIO.

### 20. Prazos de Entrega dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

**20.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá concluir integralmente os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS definidos neste ANEXO no prazo de até 36 (trinta e seis) meses contados da DATA DA ORDEM DE INÍCIO, conforme prazos dispostos na Tabela 8:

Tabela 8 – Prazos de entrega dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS

Obrigação	PARQUE	Prazo contado da DATA DA ORDEM DE INÍCIO
<b>Reforma Geral</b>	PNMBB e PNMCM	36 meses <sup>1</sup>
<b>Atividades de Aventura</b>	PNMBB e PNMCM	36 meses
<b>Parque Infantil</b>	PNMBB e PNMCM	120 dias

Obrigação	PARQUE	Prazo contado da DATA DA ORDEM DE INÍCIO
Academia ao Ar Livre	PNMBB e PNMCM	12 meses
Cercamento	PNMBB e PNMCM	36 meses
Passarela Elevada e Torre de Observação	PNMBB	24 meses
Pontos de Alimentação	PNMBB	36 meses
Sistema de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário	PNMBB	36 meses
Jardim Sensorial	PNMCM	24 meses
Torre de Observação	PNMCM	24 meses
Ponto de Alimentação	PNMCM	36 meses

<sup>1</sup> Ressalvados os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS previstos no Plano de A  o Inicial, a serem entregues em até 120 dias contados da DATA DA ORDEM DE INÍCIO.

Elaboração: CCPar

## 20.2. Plano de A  o Inicial

**20.2.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá entregar, em até 120 (cento e vinte) dias contados da DATA DA ORDEM DE INÍCIO, no âmbito do Plano de A  o Inicial, no mínimo, os seguintes INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS:

- i. Substituição dos bebedouros;
- ii. Reforma geral de 1 (um) conjunto de sanitários por PARQUE;
- iii. Requalificação dos Parques Infantis;
- iv. Implantação do Circuito Fechado de Televisão (CFTV); e
- v. Sinalização.